



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE GESTÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

KARINA SANTIAGO SOARES

**IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES EM
CARUARU: A visão das gestoras públicas**

Caruaru

2023

KARINA SANTIAGO SOARES

**IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES EM
CARUARU: A visão das gestoras públicas**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Administração, do Campus do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito à obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Área de concentração: Gestão Pública

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Denise Clementino de Souza.

Caruaru

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Soares, Karina Santiago.

IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES EM CARUARU: A visão das gestoras públicas / Karina Santiago Soares. - Caruaru, 2023.

65 p.

Orientador(a): Denise Clementino de Souza

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Administração, 2023.

1. Gestão pública. 2. Políticas Públicas para mulheres. 3. Caruaru. I. Souza, Denise Clementino de . (Orientação). II. Título.

300 CDD (22.ed.)

KARINA SANTIAGO SOARES

**IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES EM
CARUARU: A visão das gestoras públicas**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao Núcleo de Gestão da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração.

Aprovado em: 03/10/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Denise Clementino de Souza (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste

Prof^a. Dr^a. Jessica Rani Ferreira de Sousa (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste

Prof. Ma. Cristiane Ana da Silva Lima (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste

AGRADECIMENTOS

Sou grata, primeiramente e eternamente, a Deus, que por meio da sua misericórdia me concedeu a oportunidade de concluir este curso com saúde mesmo nos momentos mais difíceis e por estar sempre comigo mesmo nos momentos em que não merecia a sua presença.

Agradeço a minha avó Maria de Lourdes e aos meus pais Jaídes e José Carlos por todo o apoio, amor e por todos os anos de dedicação e abdicção por mim. Também agradeço as amigas que ganhei de presente com a graduação: Alana, Beatriz, Danielli, Flaviane e Mariana, a nossa amizade fez com que meus dias na faculdade fossem mais alegres e motivadores.

A esta instituição eu agradeço a todos os docentes que contribuíram para a minha formação como profissional e como pessoa. Sou filha de professora, então, sei bem o impacto que as suas palavras e ensinamentos causam na vida de um aluno. Também sou grata pela colaboração das participantes das entrevistas presentes neste trabalho, mesmo com as dificuldades e contratempos por causa dos horários de trabalho, elas foram muito solícitas e prestativas ao me atender. A todos os professores que compuseram a banca examinadora eu agradeço a dedicação para avaliar este trabalho. A todos os discentes e pessoas que, de uma alguma forma, me ajudaram a chegar até aqui, meus mais sinceros agradecimentos.

Por último, mas não menos importante, sou a grata a mim mesma. Sou grata por ter me esforçado a continuar mesmo sem ânimo e em meio a dificuldades. Sou grata por não ter dado ouvidos aos conselhos desanimadores que escutei ao longo desse caminho e as bagunças que eles causavam em minha mente. Levo comigo até os meus últimos dias, os momentos mais felizes que vivi na universidade e os mais tristes com os quais aprendi lições valiosíssimas.

RESUMO

A construção gradual da valorização da figura feminina induz a busca pela compreensão das políticas públicas que as favorecem. Com isso, este trabalho, em pesquisa qualitativa, possui como objetivo examinar a implementação das políticas públicas para mulheres no município de Caruaru e averiguar esse processo na visão do gestor(a) público(a), tomando como base toda a referência teórica realizada para exibir como se define política pública e como se deu a construção das políticas para mulheres. Utiliza-se o método descritivo e a entrevista semiestruturada, com gestores públicos, na coleta de dados para identificar os fenômenos que possuem relevância na formulação de políticas públicas. Os resultados apontam que o município de Caruaru, em sua gestão de políticas públicas para mulheres possuem uma perspectiva de identificação e implementação das políticas alinhadas as prospecções nacionais e que apesar das dificuldades encontradas conseguem realizar as etapas necessárias para a elaboração e inserção de uma política para mulher no município de Caruaru.

Palavras-chave: Gestão pública; Políticas Públicas para mulheres; Caruaru.

ABSTRACT

The gradual construction of the appreciation of the female figure leads to the search for understanding the public policies that favor them. Therefore, this work, in qualitative research, aims to examine the implementation of public policies for women in the municipality of Caruaru and investigate this process from the perspective of the public manager, taking as a basis all the theoretical references carried out to show how public policy is defined and how policies for women were created. The descriptive method and semi-structured interviews with public managers are used to collect data to identify phenomena that are relevant in the formulation of public policies. The results indicate that the municipality of Caruaru, in its management of public policies for women, has a perspective of identifying and implementing policies aligned with national perspectives and that despite the difficulties encountered, they manage to carry out the necessary steps for the elaboration and insertion of a policy for women in the municipality of Caruaru.

Key Words: Public policy for women; Public manager; Caruaru.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	OBJETIVOS.....	11
2.1	JUSTIFICATIVA DA PESQUISA.....	11
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
3.1	O CONTEXTO DA MULHER NA SOCIEDADE.....	13
3.2	SETOR PÚBLICO E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	15
3.3	AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES.....	17
3.3.1	Políticas de enfretamento a Violência.....	19
3.3.2	Políticas de cidadania.....	20
3.3.3	Políticas de saúde para mulher.....	22
3.4	POLÍTICAS PARA MULHERES EM CARUARU.....	24
3.5	A SECRETARIA DE POLÍTICA PARA MULHERES DE CARUARU.....	26
4	METODOLOGIA.....	28
4.1	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	29
4.2	PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	30
5	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	31
5.1	PERFIL DAS ENTREVISTADAS.....	31
5.1.1	Funcionamento da secretaria.....	32
5.1.2	Políticas públicas para mulheres implementadas em Caruaru.....	35
5.1.3	Construção da política para mulher em caruaru.....	40
5.1.4	Acompanhamento do impacto das políticas.....	42
5.1.5	Reformulação das políticas.....	44
5.2	DIFICULDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES.....	46
5.3	ARTICULAÇÃO COM REDES PRIVADAS E PÚBLICAS.....	48
5.3.1	Mulheres como sujeito político.....	50
5.3.2	Homens em políticas para mulheres.....	52
5.3.3	Receptividade das políticas.....	53
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
	REFERÊNCIAS.....	59
	ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	64

1 INTRODUÇÃO

As transformações econômicas, políticas e culturais no início do século XX proporcionavam às mulheres maior visibilidade no mundo público, introduzindo à formação de organizações feministas que visavam melhores condições de vida para as mulheres. Por esta razão, o debate em torno de temas como, reivindicação de direito ao voto e direitos e deveres que caberiam as mulheres, despertavam discussões tanto de defensores quanto de acusadores que repudiavam a crescente presença da mulher nos espaços públicos. (OSTOS, 2012).

Diante do proposto, torna-se instigante a busca por compreender os conceitos de políticas públicas para mulheres, alinhando o seu entendimento à realidade assistida, onde o público feminino desde o início do século passado vem se apresentando compelido a falar sobre suas necessidades e vivências, seja na sociedade, no trabalho ou na vida pessoal.

Segundo dados do Atlas do Estado Brasileiro (2018), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), as mulheres em 2018 representavam cerca de 59% dos funcionários públicos do país e com este número em crescimento elas estavam presentes na maior parte das faixas salariais, exceto nos cargos que acumulam alto poder de decisão. Sendo, de acordo com os levantamentos, mais da metade do organograma público, era esperado que as mulheres também obtivessem uma parcela representativa nos cargos que culmina um alto poder de decisão, entretanto, como apontado, essa representação é mínima.

De acordo com Resende (2020), os baixos percentuais de participação feminina nas estruturas de poder e decisão não podem ser exclusivamente avaliados como processo de escolhas individuais, mas associados a arranjos estruturais que terminam por reforçar a disparidade de incentivos fornecidos entre homens e mulheres para ocupar determinados espaços na sociedade.

As atividades femininas ainda estão centralizadas no setor de serviços, segundo Hirata (2001), mas apesar disso a autora mostra um quadro bipolarizado, em um extremo tem-se a categoria de trabalhadoras com baixa qualificação, baixos salários e baixo reconhecimento profissional, no outro extremo, o grupo de

profissionais qualificadas com salários relevantes e em cargos com maior reconhecimento. A autora apresenta que pouco mais de 10% das trabalhadoras se encontram na categoria do último grupo apresentado.

Ainda de acordo com Hirata (2001), a bipolarização é consequência dos processos de globalização e divisão sexual do trabalho, no qual o maior envolvimento das profissionais no mercado de trabalho foi acompanhado pela precarização e vulnerabilidade dos empregos ocupados por mulheres. Tal vulnerabilidade é ocasionada, de acordo com a autora, pelas mulheres serem menos protegidas, tanto pela legislação, quanto pelas sindicalizações.

A partir desse exemplo, é válido salientar a ideia de que a ausência, a escassez e/ou ineficiência das políticas públicas para mulheres, deixam margem para a atuação e propagação da imagem feminina subjugada a imagem masculina e conseqüentemente naturalizando a desigualdade entre as duas. Com isso, é perceptível a primazia de ter políticas públicas para mulheres, não só quantitativamente, mas políticas que atendam as demandas e sejam eficientes em suas ações.

O objetivo geral deste estudo é examinar a implementação das políticas públicas para mulheres no município de Caruaru e averiguar esse processo na visão do gestor(a) público(a). As especificidades do objetivo deste estudo são de diagnosticar as articulações na formação de políticas públicas, identificar as principais dificuldades na implementação das políticas públicas para mulheres no município de Caruaru e retratar pela visão do gestor(a) público(a) o desenvolvimento da promoção das políticas públicas para mulheres na região de Caruaru. Neste último ponto o gestor(a) público(a) está sendo considerado como um identificador das carências populacionais e o responsável por realizar a filtragem para atendê-las através das políticas.

A proposta desse trabalho é inserir o contexto de uma perspectiva local, a fim de enriquecer a temática abordada contribuindo com o aumentando da sua base de dados para realização de outras vertentes deste tema e dar visibilidade para a região alvo do estudo. O trabalho se divide em quatro pontos teóricos que fomentam a sua construção: o contexto da mulher na sociedade, setor público e políticas públicas, as políticas públicas para mulheres e essas políticas para mulheres em Caruaru.

2 OBJETIVOS

Como disposto, este trabalho tem por objetivo geral analisar as políticas públicas para mulheres em Caruaru e averiguar o impacto dessas políticas na visão do gestor(a) público(a). Para tal, os objetivos específicos estão pautados em:

- Diagnosticar as articulações e considerações na formação de políticas públicas.
- Identificar as dificuldades na implementação das políticas públicas para mulheres no município de Caruaru.
- Retratar pela visão do gestor(a) público(a) os desenvolvimentos para promoção das políticas públicas para mulheres.

2.1 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

O processo de globalização e divisão sexual do trabalho desencadearam ao longo dos anos transformações nas maneiras como as mulheres são vistas pelo mercado de trabalho. Esse processo possibilitou que as discussões e protestos contra discriminação e marginalização da mulher na sociedade fossem ganhando visibilidade. Tais discussões, anteriormente, não eram passíveis de comentários, tendo em vista que durante anos o modelo de organização social foi marcado pela desigualdade entre homens e mulheres, delimitando seus papéis e espaços (NIELSSON, 2016).

Pensando na trajetória traçada, a mulher e demais integrantes da sociedade contemporânea local precisam compreender as origens e os contextos das diferenças institucionalizadas entre homens e mulheres, assim como a responsabilidade do governo em proteger e promover a valorização da figura feminina na sociedade. Por isso é de suma importância entender os aspectos que influenciam as políticas públicas para mulheres e suas efetividades considerando a visão do gestor público local como um representante do governo para absolver as necessidades e implementar as políticas com eficiência.

Em efeito da necessidade de contribuir para a construção dessa compreensão, torna-se primária a reflexão sobre desenvolvimento das políticas públicas para a região estudada. A escolha do tema parte da realidade assistida na região do Agreste,

na busca das figuras femininas locais em conquistar, diferenciar e/ou ampliar seus espaços de atuação profissional, além da procura pelo amparo do governo no atendimento à proteção da mulher e da saúde feminina. Para tal, o presente trabalho pretende evidenciar as políticas públicas na região de Caruaru.

Este estudo é de relevância tanto para a universidade quanto para o órgão de competência local de políticas para mulheres. Para a universidade, em específico o curso de administração, ter um estudo que se alinha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), neste caso a ODS número 5 “Igualdade de Gênero”, estipulado pela Organização das Nações Unidas (ONU) amplia a visibilidade da universidade como agente propagador de desenvolvimento tanto no tocante à formação profissional quanto no retorno de benefício social, pois apresenta a contextualização local sobre o tema proposto, dando visibilidade à região.

Para o órgão de competência local, o trabalho pretende contribuir com pontos de reflexão e melhorias sobre o processo de formulação de políticas públicas que sirvam como instrumentos de gestão e aproximem essas políticas da necessidade da mulher. O trabalho também pretende estimular pesquisas mais aprofundadas no que se refere a temática avaliada, como por exemplo as políticas para mulheres que terminam por reforçar a divisão sexual do trabalho, dos espaços e funções ditos femininos com a conciliação das atividades produtivas domésticas.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 O CONTEXTO DA MULHER NA SOCIEDADE

As relações sociais envolvendo questões de gênero foram essencialmente baseadas em opressão, exploração e dominação, durante um período considerável. Contudo, esse modo de relacionamento não mudou em sua totalidade, na sociedade moderna o discurso dominante ainda é masculino, o qual se apresenta segundo Mulvey (1991) citado por Lima (2008), como um referencial, pois tendo o masculino como símbolo de poder, a mulher é moldada para ser o avesso do homem, na qual ele pode exprimir seus desejos impondo-os sobre a imagem ausente e passiva da mulher.

Na definição de Scott (1995), gênero é “um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e um modo primordial de dar significado às relações de poder.” Gênero é, segundo essa definição, uma categoria social composta por ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres na sociedade, construída a partir das diferenças biológicas e culturais.

Beauvoir (1990), em seu livro *O Segundo Sexo*, explana a construção das diferenças entre homens e mulheres. A autora aponta o fato de que ainda crianças, os meninos são afastados dos seios de suas mães mais rápido do que as meninas, abrindo espaço para o descontentamento em ser menos favorecidos no quesito afeto recebidos pelos pais. Como forma de recompensar o afeto desviado, é atribuída aos meninos a tarefa de serem os líderes da família, colocando-os num patamar de superioridade, expondo dessa forma que as mulheres devem ser mais gentis e afetuosas para auxiliar à vida masculina.

Expandindo essa educação para as relações de trabalho, pode-se compreender como esses pensamentos influenciam no comportamento laboral. A doutrina passada ao homem, ainda na infância, perpassa a ideia de que ele está em uma posição superior à mulher em todos os âmbitos das relações sociais, incluindo as laborais. Segundo Valdes (2003) e Molyneux (2003), citados por Timóteo (2013), dessa concepção surgem às propostas dos movimentos feministas, desde os fins do

século XIX as mulheres, já presentes nas produções sociais, representavam uma parte significativa da força de trabalho empregada. Influenciadas por ideais anarquistas e socialistas, era possível encontrar mulheres associadas às lutas em prol da defesa de melhores salários e condições de higiene e saúde no trabalho, além do combate às discriminações e abusos a que estavam submetidas por sua condição de gênero (COSTA, 2013).

Para enfatizar a hierarquização na esfera laboral, pode-se utilizar a análise de Firmino e Silva (2015, p. 89) citados por Rezende (2020), que em sua análise das relações de desigualdade de atividades ditas como “femininas” ou “masculinas”, confirma:

Os efeitos perversos de tal processo de diferenciação, desde o nascimento, pode ser percebidos na concentração de mulheres nas profissões relacionadas ao cuidado, na baixa presença de mulheres nos espaços de poder de decisão, nas já observadas diferenças salariais entre homens e mulheres, na maior taxa de desocupação das mulheres, na invisibilidade da violência doméstica, na jornada dupla de trabalho feminino, entre outros.

Com a parcela feminina da população brasileira buscando romper o papel social que lhes era atribuído, introduzindo-se no mercado de trabalho, o controle sobre a fecundidade e o uso de métodos contraceptivos vem a ser um novo objetivo de luta. Com isso advém as ações para desvincular o desejo sexual da maternidade, implicando nas necessidades de políticas de acesso aos métodos contraceptivos (COSTA, 2004 citado por COSTA, 2021).

Para tal, precisava-se enxergar os conceitos de saúde, não somente relacionados ao fator biológico, porém introduzindo as variáveis sociais. Tratava-se então de realizar ações, não apenas levando em conta a conceituação pura da saúde, mas, compreendendo como se constrói as necessidades que rodeiam esse sistema (MEDEIROS; GUARESCHI, 2009).

Seguindo a mesma linha da percepção autoral citada, o Movimento da Reforma Sanitária na década de 70 traz essa nova visão sobre a saúde. É partir da visibilidade que ele traz que se faz enxergar a necessidade de revisar as abordagens tratadas nas conferências, relatórios, reuniões e até mesmo na Constituição Federal sobre a saúde, e principalmente a saúde da mulher.

A PAISM (Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher), como exemplo de ação e resultado, provém do movimento da reforma sanitário e do movimento feministas com o intuito de trazer à figura feminina assistência integral, promover as

ações de saúde que destinam o atendimento global das necessidades desse grupo social e a aplicação no sistema básico de assistência à saúde (MEDEIROS; GUARESCHI, 2009).

De acordo com Garcia (2016), a violência contra a mulher é caracterizada por sua falta de visibilidade, tendo em vista que ocorre principalmente em ambientes de difícil visualização pública e é, em grande parte, executada por familiares e conhecidos. Por estas características, grande parte das ocorrências não geram atendimentos e não são captadas pelos sistemas de informação, o que resulta em baixa enumeração dos eventos, e contribui para reforçar a invisibilidade da violência contra a mulher.

Em uma publicação da OMS em 2021, ao longo da vida, uma em cada três mulheres - cerca de 736 milhões de pessoas -, é submetida à violência física ou sexual por parte de seu parceiro ou violência sexual por parte de um não parceiro. Uma em cada quatro mulheres jovens (de 15 a 24 anos) que estiveram em um relacionamento já terá sofrido violência de seus parceiros por volta dos vinte anos. A exemplo disso, o Município de Caruaru, em 2018, estava na segunda posição do ranking nacional de violência contra mulher.

Concatenando as referências estatísticas e teóricas apresentadas nos parágrafos acima, é possível chegar à compreensão de que o androcentrismo estrutural, tendência para supervalorizar os pensamentos e ideias masculinas, perpassa os vários espaços sociais, instituindo uma divisão do trabalho assimétrica entre os sexos, ocasionando o desgaste e a opressão físico e mental da mulher e por conseguinte minando a sua posição como sujeito político.

3.2 SETOR PÚBLICO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Para entender o que se passa no ambiente público no que se refere à compreensão das articulações de políticas para mulheres, faz-se necessário apresentar os conceitos que se tem de serviço público. Inicialmente busca-se entender este âmbito a partir do ponto de vista da Constituição Federal. De acordo com a análise de Figueredo (2003, p. 78-79) a partir da perspectiva constitucional o conceito de serviço público se apresenta da seguinte forma:

Serviço público é toda atividade material fornecida pelo Estado, ou por quem esteja a agir no exercício da função administrativa se houver permissão constitucional e legal para isso, com o fim de implementação de deveres consagrados constitucionalmente relacionados à utilidade pública, que deve ser concretizada, sob regime prevalente de Direito Público.

De acordo com o ponto de vista mencionado, toda a atividade fornecida, prestada ou demandada por quem está no exercício de funções para o Estado, desde que haja permissividade legal, é considerada um serviço público. Favorecendo a compreensão do conceito, o dicionário Michaelis a partir da etimologia da palavra público, o define como algo que: “pertence a todas as pessoas; que pode ser feito diante de todos; de conhecimento de todos; relativo ao governo de uma nação” (MICHAELIS, 2022). Para a palavra serviço encontra-se a seguinte explicação: “Exercício, função ou trabalho do que serve; ato ou ação útil aos interesses de alguém; favor, obséquio” (MICHAELIS, 2022).

Com referidas definições em mente, pressupõe-se que o entendimento do que são políticas públicas não será distante dos conceitos apresentados de serviço público. Utilizando o mapeamento da literatura clássica realizado por Souza (2006) no seu artigo “*Políticas públicas: uma revisão da literatura*”, chega-se à compreensão de que políticas públicas são os planos de um governo em ação e que quando formuladas, as políticas públicas se transformam em programas e projetos para benefício comum submetidos a avaliações.

Para efeito de comparação conceitual o Sebrae ao publicar um manual de políticas públicas em 2008, definiu a mesma como:

Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. É certo que as ações que os dirigentes públicos (os governantes ou os tomadores de decisões) selecionam (suas prioridades) são aquelas que eles entendem serem as demandas ou expectativas da sociedade.

De modo associativo, os governos se utilizam de políticas públicas para promover o bem-estar social. Tal bem-estar é, de acordo com o Sebrae (2008, pág. 5) delineado pelo governo, com o pensamento de que a sociedade faz solicitações para os seus representantes e estes se mobilizam para atender as demandas populacionais, fazendo uma seleção de prioridades ou necessidades contemplando uns e outros não. Com esta informação, chega-se a um novo entendimento do que é política pública.

Em outras palavras, as Políticas Públicas são o resultado da competição entre os diversos grupos ou segmentos da sociedade que buscam defender (ou garantir) seus interesses. Tais interesses podem ser específicos – como a construção de uma estrada ou um sistema de captação das águas da chuva em determinada região – ou gerais – como demandas por segurança pública e melhores condições de saúde. (SEBRAE, 2008, p. 7)

De acordo com Gianezini (2017), a partir da perspectiva apresentada acima, as políticas públicas podem ser divididas em alguns tipos. Sendo elas, Regulatórias, de Segurança, Distributivas e Redistributivas. As políticas Regulatórias representam a monitoração e o controle das atividades públicas. As de Segurança buscam promover a estabilidade. A Distributiva tem o cunho de auxiliadora, e por fim, a Redistributiva é comumente voltada para saúde e economia.

Em se tratando de abordagens e ferramentas de políticas públicas, o ciclo de políticas públicas se apresenta como uma ferramenta analítica que contribui para tornar clara e didática a discussão sobre o tema (RAEDER, 2015). Lasswell (1971) citado por Raeder (2015) dividi o processo da construção da política pública em sete estágios: informação, promoção, prescrição, invocação, aplicação, término e avaliação. O ciclo, de uma forma simplificada, percorre o processo de percepção do problema público, identificação dos agentes envolvidos e verifica a possibilidade de uma solução viável para o problema (RAEDER, 2015).

Mesmo com as muitas abordagens a respeito do conceito de políticas públicas, essas abordagens têm em comum uma referência à importância das decisões e das ações realizadas a partir do Estado e que afetam a vida das pessoas. Além do fato de que tais decisões podem ser influenciadas por diferentes atores, estejam eles ligados ao Estado ou não.

3.3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES

Segundo a visão de Danusa e Janine (2019) políticas públicas, enquanto concernentes à forma de atuação estatal, são constituídas por normas, requisitos e critérios moldados por ideias e demandas socialmente aceitas com a intenção de orientar e incentivar comportamentos. Nesse sentido, as políticas públicas podem vir a eliminar as noções que sustentam as desigualdades sociais entre homens e mulheres, ou podem reforçar essas desigualdades, agindo com ações contraditórias

a depender da complexidade da demanda social. Para as autoras, os esforços empregados nessas políticas como forma de reconhecimento das vivências das mulheres podem criar a ideia de que essas políticas contribuem para reforçar a questão social de que existe lugar destinado às mulheres.

Os registros da organização das mulheres na busca por seus direitos remontam desde o primeiro período republicano, com as ações das sufragistas e sua conquista do direito ao voto feminino em 1932. As ações de luta também estão presentes no regime militar, com as mulheres em participações de grupos de resistência à ditadura, onde houve a influência dos ideais feministas. Essas participações questionavam a violação dos direitos humanos e a contribuição das mulheres como sujeito político e social (PAPA, 2012).

Beauvoir (1990), afirma que os direitos da mulher são reconhecidos pelos homens, mas para que seja possível a realização de uma aparente igualdade entre eles, é preciso que seja ele quem ceda mais pelo fato de possuir mais. Na visão da autora a manifestação das exigências da mulher é a exibição da sua condição de criatura não detentora de autonomia.

Se de acordo com a definição do manual publicado pelo Sebrae (2008), as políticas públicas são ações tomadas com base na demanda, a historicidade da luta feminina é uma demanda de alto valor e peso para serem explorados pelo Estado. A partir das lutas femininas na busca por visibilidade e garantia dos direitos, foi possível a inserção de debates como pautas de políticas para mulheres, violência contra mulher e divisão sexual do trabalho (PONTES; DAMASCENO, 2017).

Com esse processo das lutas femininas o empoderamento feminino se apresenta como um movimento que traz à tona e propaga os direitos civis e políticos da mulher afirmando a mulher na sociedade como um sujeito capaz de transformar a condição social do seu gênero através de uma consciência coletiva (WEYL, 2010).

Farah (2004) em seu artigo expõe um ponto de dissociação de ideias e convergência de interesses nos movimentos de luta pelo interesse da mulher. Pois de acordo com a autora, os estudos de gênero são consolidados no Brasil a partir do ganho de força dos movimentos feministas no país, mas a autora não desdenha da importância dos movimentos sociais urbanos com participação de mulheres. Esses movimentos possuíam ideais ligados a questões sociais voltadas para o combate à

pobreza, a luta do proletariado por melhores condições de trabalho e salários, questões de infraestrutura e saneamento básico.

Enquanto isso, os movimentos feministas buscavam transformar a condição da mulher na sociedade tornando-a um sujeito político. Porém, os movimentos sociais urbanos passaram a incorporar em seus temas de discussão e luta, assuntos concernentes as mulheres, como saúde e violência. É a partir dessa convergência de interesses que a temáticas de políticas voltadas para mulheres ganham visibilidade.

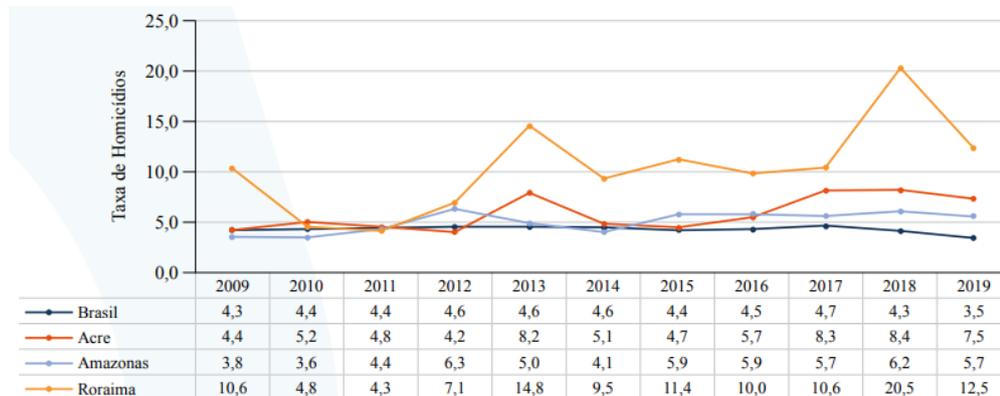
3.3.1 Políticas de enfrentamento a Violência

Uma das ações mais conhecidas socialmente, em termos de políticas para combater à violência contra mulher, é a criação da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340, 2006). Em seu Art 5º, está descrito que se configura violência doméstica e familiar contra mulher qualquer ação ou omissão que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial nos seguintes âmbitos: da unidade doméstica (convívio de pessoas com ou sem vínculo familiar), do âmbito da família e em qualquer relação íntima de afeto.

De acordo com Oliveira et al (2019) é em função do cumprimento da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340, 2006), principalmente no atendimento às medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, foram criados os centros de referências, espaços de acolhimento para mulheres que se encontram em situação de violência doméstica, familiar e de afeto.

Contudo faz-se necessário apresentar o cenário de violência contra mulher ao longo dos anos, não descartando a importância do advento da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340, 2006). O Atlas da violência publicado pelo IPEA (2021), exibiu que em 2019, 3.737 mulheres foram assassinadas no Brasil, número bem abaixo dos 4.519 homicídios femininos registrados em 2018, uma redução de 17,3%, mesmo nos estados com as maiores taxas, Roraima (12,5), Acre (7,5) e Amazonas (5,7). De acordo com a publicação esse quantitativo inclui mulheres que foram vítimas de violência em razão de sua condição de gênero feminino, como também consequências da vida urbana, roubos seguidos de morte e outros conflitos por exemplo.

Figura 1 - Evolução da Taxa de Homicídios por 100 mil Habitantes de Mulheres nas Três UFs com as Maiores Taxas em 2019 (2009 a 2019)



Fonte: Atlas da Violência (2021).

A visibilidade da redução também é devido a ações e políticas tomadas antes da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), uma destas foi a criação do Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF) criado por Montoro, eleito o governador de São Paulo em 1982. O CECF era responsável por formular as políticas públicas relacionadas aos direitos das mulheres. O conselho dava representatividade para as demandas feministas e agia como um facilitador no consenso de políticas de combate à violência, uma de suas prioridades. O CECF propunha algumas medidas: maior politização da violência contra mulheres, coordenação de campanhas educacionais e conscientização das mulheres sobre o problema; criação de casas abrigo e de novas instituições para fornecer atendimento jurídico e psicológico às vítimas da violência doméstica e sexual; mudanças nas instituições jurídicas e policiais, como a capacitação dos policiais numa perspectiva anti-machista, bem como a contratação de assistentes sociais em cada delegacia de polícia; fomento de pesquisas sobre violência contra mulheres; incorporação das preocupações dos movimentos de mulheres na agenda das políticas públicas (SANTOS, 2008).

3.3.2 Políticas de cidadania

Seguindo a visão de Papa (2012, p.44), foi a partir da influência das ideias feministas que houve a possibilidade de ser criada e apresentada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), órgão com status de Ministério. Logo,

sua criação foi considerada uma nova diretriz governamental que favorecia o caminho para tratar temas relacionados a desigualdade de gênero, além de ser responsável pela promoção de políticas públicas que contribuíam para reforçar a figura feminina como um ser político, conteúdo que até então não era devidamente explorado pelo Estado.

Além da SPM, sob impacto desses movimentos, foi realizado a primeira Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM) em julho de 2004 onde mobilizou debates e proposta para a elaboração do I Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres (PNPM). O referido plano traz as ações a serem tomadas para o enfrentamento da desigualdade e discriminação contra mulheres no Brasil, fundamentando o papel do Estado na implementação dessas ações (BRASIL, 2006).

Desde sua criação o PNPM já passou por duas revisões, o II PNPM em 2008 e o último em 2013. Os princípios norteadores do plano não sofreram grandes alterações, sendo eles:

Autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida; busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens, em todos os âmbitos; respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação; caráter laico do Estado; universalidade dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado; participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas públicas; transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas (BRASIL, 2013).

A inserção do princípio da transversalidade como orientador na formulação e implementação do plano, de acordo com o plano, permite o seguinte:

...abordar problemas multidimensionais e intersetoriais de forma combinada, dividir responsabilidades e superar a persistente “departamentalização” da política. Na medida em que considera todas as formas de desigualdade, combina ações para as mulheres e para a igualdade de gênero e, dessa forma, permite o enfrentamento do problema por inteiro (BRASIL, 2013).

Seguindo essa perspectiva, seria trazer ações mais significativas, expressivas e próximas a realidade das mulheres. Como exemplo, o plano de ação voltado para ampliar a participação e permanência das mulheres em relações formais de trabalho não discriminatórias com igualdade de rendimentos e fomento à ascensão e à permanência em cargos de direção, tem como algumas ações:

- Ampliar a oferta de cursos de profissionalização articulados com o aumento da escolaridade, especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade social;
- Ampliar a construção sistemática de estatísticas e indicadores que tornem visível a produção social e econômica das mulheres;
- Contribuir para ampliar a inserção e a permanência de mulheres com deficiência no mercado de trabalho formal.
- Estimular os institutos de pesquisa na produção de dados e indicadores sobre o trabalho doméstico e o uso do tempo, bem como para identificação do trabalho infantil doméstico.

O IBGE (2021) apresentou atualizações na segunda edição do estudo Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. De acordo com ele, se, por um lado, as mulheres são mais escolarizadas, por outro, têm menor inserção no mercado de trabalho e na vida pública em geral. Assegurar às mulheres igualdade de oportunidades nos processos de tomada de decisão é uma meta descrita no plano de ação. Os parâmetros descritos no plano apresentam metas concretas, nas quais as mulheres devem participar efetivamente nos campos cívico, econômico e político, assumindo posições de liderança tanto no setor público, quanto no setor privado.

3.3.3 Políticas de saúde para mulher

O ministério da saúde em 2004 na publicação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), descrevia abertamente que os programas maternos-infantis, elaborados entre as décadas de 30 e 70 baseavam as ações de saúde da mulher em seu sistema biológico e em seu papel social de mãe e doméstica. De acordo com o próprio ministério esses programas precarizavam as ações e elaborações de políticas de saúde para mulher, pois traziam o foco do cuidado para crianças e gestantes, além de serem verticalizados e não terem integração com outros programas introduzidos pelo governo.

De acordo com Costa (1999) citado pelo Ministério da Saúde (2044) os programas elaborados entre 30 e 70 não reproduziam nos indicadores de saúde da mulher a real necessidade de saúde da mulher:

As metas eram definidas pelo nível central, sem qualquer avaliação das necessidades de saúde das populações locais. Um dos resultados dessa prática é a fragmentação da assistência e o baixo impacto nos indicadores de saúde da mulher.

De acordo com Moreira e Souto (2021), os primeiros passos da trajetória de organização de um sistema de saúde que atendesse a necessidade de saúde da mulher em suas diferentes fases da vida, teve início com a assistência do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), instituído em 1983, que passou a ressignificar as ideias orientadoras das ações de saúde da mulher, compreendendo a saúde da mulher além da sua fase reprodutiva, integrando-as como cidadãs de direito.

Com as informações postas nos parágrafos desta seção, torna-se interessante exibir a publicação dos dados e indicadores da saúde da mulher após a instituição da PAISM e PNAISM.

Figura 2 – Principais causas de internação de mulheres no SUS em 2006

Causas de internação	Número	Porcentagem
Doenças do aparelho geniturinário	373.169	16,4
Doenças do aparelho digestivo	241.682	10,6
Aborto	232.716	10,2
Câncer	199.626	8,8
Doenças do aparelho respiratório	176.473	7,8
Doenças infecciosas e parasitárias	166.024	7,3
Doenças do aparelho circulatório	154.045	6,8
Transtornos mentais	150.249	6,6
Causas externas (violências)	120.170	5,3
Demais causas	456.421	20,1
TOTAL	2.270.575	100,0

Fonte: Painel de Indicadores do SUS (2007).

Os dados refletem os principais motivos de internação das mulheres em 2006, com a distribuição das causas acima, pode ser inferido que a atuação da PAISM e PNAISM teve seus efeitos positivos ao fornecer a visibilidade para doenças enfrentadas pelas mulheres que não estão necessariamente ligadas a questões reprodutivas, sendo possível atuar em causas de doenças que não possuíam uma relevância no sistema público de saúde em atendimento à mulher.

3.4 POLÍTICAS PARA MULHERES EM CARUARU

Caruaru é o município pertencente ao interior do Estado de Pernambuco mais populoso, a capital do agreste tem aproximadamente 369.343 habitantes (IBGE 2021). Município historicamente conhecido por sua arte com artesanato e a feira livre, localmente conhecida como “feira da sulanca”. Destacado também por ser o mais importante polo econômico, médico-hospitalar, acadêmico, cultural e turístico do Agreste. Se tratando de políticas para mulheres, o município conta com órgãos, secretarias e associações como a Secretaria de Política da Mulher, Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, Vara de Violência contra à Mulher, Conselho Municipal da Mulher, Associação de Mulheres Empreendedoras de Caruaru e Associação Centro Social Mãe Morena, entre outras (CARUARU, 2023).

O Conselho Municipal da Mulher (CMM) é um órgão permanente da Administração Municipal para o controle social, com atuação em toda a jurisdição do Município. Com fins deliberativos, consultivos, fiscalizadores, desenvolvedor de diretrizes e monitorador da execução das políticas públicas dirigidas às mulheres, com objetivo de enfrentar qualquer forma de violência e/ou discriminação contra a mulher e para a promoção da equidade, com vista a promover a plena participação da mulher em todos os âmbitos sociais e econômicos (CARUARU, 2021)

O Conselho é composto por representantes do poder público e da sociedade civil. Sendo um órgão de controle social, ele se apresenta como uma forma de exercer e fortalecer a cidadania da mulher, assegurando e reivindicando os direitos das mulheres. Algumas de suas principais ações, importantes para serem mencionadas são o monitoramento da execução da Política Pública Municipal que visa garantir os direitos das mulheres; denunciar, bem como receber e examinar denúncias relativas à discriminação da mulher, também em relação a violação dos seus direitos, desde que com sua anuência, encaminhando aos órgãos e/ou serviços competentes, para as providências cabíveis, acompanhando sua apuração e promover intercâmbios com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, com o objetivo de implementar as políticas do Conselho Municipal da Mulher (CARUARU, 2021).

A Secretaria de Políticas para Mulheres em Caruaru dialoga diretamente com a prefeitura do município, agindo com três vertentes: enfrentamento à violência, saúde da mulher e políticas de cidadania. No ano de 2020, a SPM em Caruaru através do Projeto Mulher Empreendedora e da Feira da Mulher Empreendedora buscou realizar

ações que promovessem a autonomia econômica e financeira da mulher caruaruense. O projeto visava a formação continuada do empreendedorismo feminino, administração, contabilidade, marketing e vendas. Como resultado foi originado a Feira da Mulher Empreendedora, onde no período pandêmico de forma remota 72 expositoras expuseram e comercializaram seus produtos na página do Instagram criado para a feira, como também no site criado pela SPM (CARUARU, 2020).

Em 2018, de acordo com a publicação da câmara Municipal de Caruaru, o município ocupou a segunda posição no ranking de violência contra mulher. A publicação também afirma que se fossem analisar os dados de forma proporcional a quantidade de habitante, o município teria então naquele ano ocupado a primeira posição no ranking de cidades como o maior número de casos de violência contra mulher.

A violência, seja ela física ou verbal, pode ser entendida como forma de subjugar a mulher, discriminando-as e as colocando em condição precarizadas em diversos âmbitos, ocasionando em menores salários do que os homens e menos oportunidades de terem acesso a espaços de poder de decisão (CARUARU, 2018).

As políticas implementadas fazem alusão a alguns dos objetivos específicos do Plano Nacional de Políticas para Mulheres, por exemplo, a busca pela autonomia da mulher e igualdade com o homem em todos os âmbitos. Como também um tópico de muita discussão, a divisão sexual do trabalho. Ao oferecer em maior quantidade ao mercado um tipo de força de trabalho, ela estará mais apta para se tornar mais qualificada e possuir maior participação, representação, oportunidades e privilégios nas esferas laborais, por estar livre das demandas domésticas. Além de buscar a integralidade proposta pelo PNAISM.

Enquanto isso, a outra força de trabalho está com menor disponibilidade de tempo e um número maior de responsabilidades domésticas, por conseguinte seu tempo para adquirir qualificações é menor e as chances de desenvolver qualificações e habilidades é reduzida, o que acarreta sua sub-representação nas esferas de trabalho e contabilizadas como indicadores na análise da divisão sexual do trabalho.

Nas políticas envolvendo a saúde da mulher, através da SPM foram realizadas palestras com temas voltadas para a saúde feminina, cujo objetivo estava em fornecer o conhecimento sobre doenças e anomalias que comumente ofendem as mulheres. Outra pauta nas palestras é a saúde mental, enfatizada ainda mais devido a

atipicidade da pandemia. A SPM realizou em 2021 a 8ª edição da campanha Janeiro Branco, trazendo discussões a respeito dos padrões imposta pela sociedade à mulher, autocobrança, depressão, estresse e ansiedade (CARUARU, 2021).

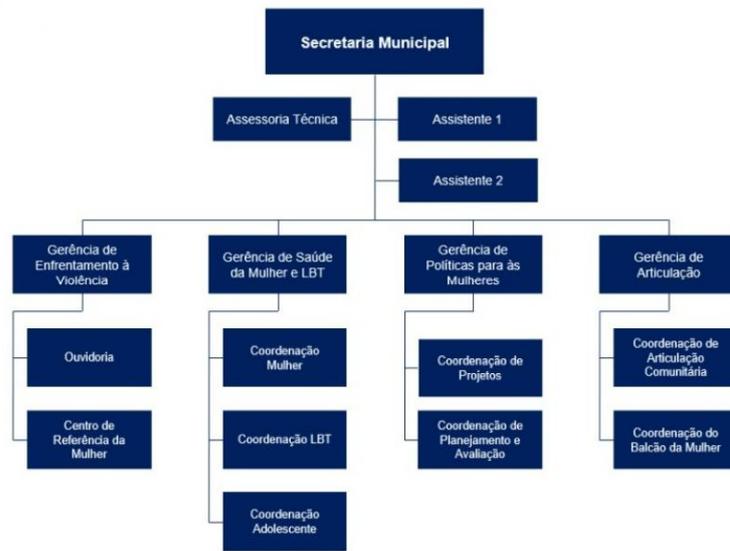
O projeto “Saúde da Mulher Jovem” em parceria com a UFPE foi idealizado para ser uma roda de diálogo com mulheres jovens, entre 15 e 29 anos, na Zona Rural do município, com o intuito de abordar sobre a importância do autoconhecimento e autocuidado (CARUARU, 2022). Torna-se pertinente concatenar esse projeto com o PAISM, pois ele mostra-se alinhado na orientação de ações de saúde para diferentes fases da vida da mulher, entendendo a necessidade de cada uma.

3.5 A SECRETARIA DE POLÍTICA PARA MULHERES DE CARUARU

A Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), é ligada à prefeitura de Caruaru. A secretaria é responsável por formular, implementar e cuidar das políticas de prevenção à violência, saúde e cidadania da mulher. Assim como elaborar e implementar campanhas educativas e programas de combate à discriminação, a violência de gênero e incentivar a qualificação profissional, além de atuar em cooperação com organismos públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres (CARUARU, 2023).

A secretaria de Políticas para Mulheres de Caruaru possui três eixos departamentais em sua estrutura. O primeiro eixo é o de enfrentamento à violência, onde busca-se conscientizar a mulher sobre os riscos e a vulnerabilidade pela qual ela passa, assim como também sobre os direitos que a assiste, além de fornecer o amparo nos diagnósticos de violência. O segundo eixo é de saúde da mulher, responsável por criar políticas e ações que ofereçam condições de atendimento para todas as mulheres na rede de saúde do município, principalmente para aquelas que se encontram em situação de maior vulnerabilidade. O terceiro eixo é o de cidadania, cujo objetivo é o de incentivar e promover a qualificação profissional, autonomia econômica e o empoderamento da mulher. Cada eixo, de acordo com o organograma exibido no site da prefeitura, possui uma gerência e cada gerência seus coordenadores e demais integrantes (CARUARU, 2023).

Figura 3 – Organograma da Secretaria de Políticas para Mulheres



Fonte: Caruaru (2023).

A secretaria de Políticas para Mulheres de Caruaru possui ligado a ela o Centro de Referência da Mulher (CRM). O CRM é um órgão da Prefeitura de Caruaru, que atende a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), com atuação na Rede de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher, e conta com as seguintes parcerias: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM); Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (VVDF); Patrulha Municipal Maria da Penha; Patrulha Maria da Penha da Polícia Militar e a rede de saúde (CARUARU, 2022).

4 METODOLOGIA

A partir da compreensão do propósito deste trabalho de busca pelo entendimento de políticas públicas para mulheres, sua eficiência e a visão de um gestor sobre elas, definiu-se que o método de abordagem qualitativo era a opção mais adequada para orientar os processos e resultados desse trabalho. De acordo com Chizzoti (2003) o método qualitativo busca encontrar um sentido para um determinado fenômeno interpretando os significados que os indivíduos dão a ele.

A vertente qualitativa não busca quantificar e sim compreender, explicar a dinamicidade das relações sociais que são depositadas em crenças, valores e costumes. Entretanto o conjunto das informações qualitativas e quantitativas não se repelem, se complementam, pois o fenômeno estudado por ambas as partes interage de forma dinâmica em seu habitat (MINAYO, et al 2002).

O tipo de abordagem qualitativa neste trabalho, está pautado na descrição do fenômeno, configurando-se como uma abordagem qualitativa do tipo descritiva. De acordo com Gil (2002), a pesquisa descritiva, além de estudar as características de um grupo, também visam descobrir a existência entre variáveis e por vezes proporcionar uma nova visão do assunto estudado. Essa escolha da abordagem descritiva, parte do entendimento que o assunto abordado já é conhecido e ao inserir a visão do gestor sobre o assunto, está sendo inserido uma nova perspectiva do fenômeno, sob a ótica de quem está na posição de decidir ou opinar sobre quantas e quais serão as políticas a serem implementadas à população (TUMELERO, 2018).

A escolha de uma entrevista semiestruturada como técnica de coleta de informações dá-se a partir da conceituação de que pôr ela seguir um roteiro previamente preparador pelo entrevistador, é capaz de guiar durante todo o momento a entrevista permitindo a abertura para aprofundamento das questões sem fixá-las regras de uma entrevista, abrindo espaço para adaptações às situações concretas (MANZINI, 1990).

Ao se referir aos tipos de perguntas na entrevista semiestruturada, Triviños (1987, p. 150) traça duas linhas de compreensão. Numa linha teórica fenomenológica, o objetivo é pautado em atingir o máximo de clareza nas descrições dos fenômenos. Sendo assim, as perguntas possuiriam a missão de descobrir os significados dos comportamentos das pessoas em alguns meios culturais e sociais. Numa linha

histórico-cultural, as perguntas são descritas como explicativas ou causais. O objetivo desse tipo de pergunta é determinar razões do fenômeno social.

Para concretização, foram realizadas 5 entrevistas semiestruturadas com as gestoras públicas com perguntas relacionadas sobre formulação, dificuldades e perspectivas sobre políticas públicas para mulheres. A escolha da entrevistada acontece pela intenção de inserir a perspectiva de gestão sobre o tema. A entrevista ocorreu através da plataforma Google Meet, serviço de comunicação por vídeo desenvolvido pela empresa Google, o que favoreceu à questão da agenda da entrevistada deixando o ambiente mais confortável para o entrevistado. Como técnica da análise de resultados, foi utilizada a técnica da análise de conteúdo temática (BARDIN, 2000), com a qual é possível fazer a identificação, análise e descrição do tema permitindo a organização de forma sintética.

Pensando na importância de entender as políticas públicas para mulheres a partir da perspectiva das próprias gestoras que são formuladoras dessas políticas, as cinco entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas para auxiliar na estruturação das análises. Cabe destacar as limitações desta pesquisa como sendo a dificuldade de contato com as entrevistadas e a gestão de tempo da agenda das entrevistadas para realização das entrevistas. Contudo, a presente pesquisa possibilitou analisar as políticas públicas para mulheres em Caruaru e averiguar o desenvolvimento dessas políticas na visão das gestoras públicas.

4.1 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para estruturar a análise de dados, as perguntas (ANEXO A – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM GESTOR PÚBLICO) foram divididas em 3 grupos. O primeiro grupo se propõe a entender como funciona a Secretaria de Políticas para Mulheres em Caruaru, quais políticas foram implementadas desde o início da gestão da primeira prefeita eleita em Caruaru, como funcionam as formulações de uma política pública, como é medido o impacto que as políticas implantadas causam e se há algum processo de reformulação das políticas. Para a compreensão desse grupo encontram-se as perguntas de 1 a 5 do anexo A.

O segundo grupo buscou identificar as dificuldades que a secretaria enfrenta para implementar uma política pública para mulher em Caruaru. Tal compreensão é buscada através da pergunta 6 presente no questionário. O terceiro grupo se propôs

a averiguar as articulações e parcerias que a secretaria realiza para promover as políticas, a identificar a percepção do gestor sobre demandas para a valorização da figura feminina como sujeito político e sobre as políticas que envolvam o homem e sobre quais tipos de políticas são mais demandadas ou mais bem recebidas, e para isso as perguntas de 7 a 12 foram direcionadas. O Quadro 1 exemplifica os objetivos específicos de cada grupo de pergunta:

QUADRO 1 – Relação entre as perguntas da entrevista e os objetivos específicos da pesquisa.

PERGUNTAS DO ROTEIRO DE ENTREVISTA	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Perguntas 1 a 5	Diagnostico das articulações e parcerias para formação de políticas públicas.
Pergunta 6	Dificuldades na implementação das políticas públicas para mulheres em Caruaru.
Perguntas 7 a 12	Retratar pela visão das gestoras públicas os desenvolvimentos para promoção das políticas para mulheres.

Fonte: Elaboração da autora (2023).

4.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os procedimentos desenvolvidos para a coleta dos dados primários foram as entrevistas semiestruturadas, essenciais para compreender a visão das gestoras públicas acerca das políticas públicas para mulheres em Caruaru, suas formulações, dificuldades, articulações e avanços. Na primeira etapa da pesquisa, o convite para entrevista com as gestoras ocorreu por mensagem de *WhatsApp*, primeiramente a través do *WhatsApp* da Secretaria, com a solicitação do contato e depois por indicação dos entrevistados. A coleta dos dados se deu por mediante o uso da plataforma do Google Meet, no qual as entrevistas foram gravadas com o consentimento dos entrevistados para, posteriormente, serem transcritas. As entrevistas ocorreram entre a segunda semana do mês de março de 2023 e a segunda semana de maio de 2023.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Essa sessão está estruturada em três partes, a primeira apresenta o perfil das entrevistadas, o funcionamento da secretaria, as políticas implementadas, a construção das políticas para mulheres em Caruaru, o acompanhamento do impacto dessas políticas e a reformulação delas. A segunda parte aborda as dificuldades para a implementação das políticas para mulheres no município. A terceira parte discorre sobre as articulações com as redes privadas e públicas para as formulações de políticas, a mulher como um sujeito político, a figura dos homens em políticas para mulheres e a receptividade das políticas no município de Caruaru.

5.1 PERFIL DAS ENTREVISTADAS

Das 5 entrevistas realizadas, 4 foram com as gerências da Secretaria de políticas para mulheres de Caruaru e 1 foi com a coordenação do Centro de Referência da Mulher (CRM) que funciona como uma parte especializada em tratativas ligadas a situações de violência integrada a secretaria. Todas as entrevistas foram realizadas com mulheres.

Observou-se que as cinco entrevistadas possuem um grau de escolaridade elevado, todas com graduação completa em direito, administração, serviço social, design, psicologia ou biblioteconomia. Dessas, duas possuem pós-graduação sendo uma na área de direito e a outra em gestão pública. Somente uma das entrevistadas possui mestrado e é doutoranda em administração. As idades não foram comentadas pelas entrevistadas. Em relação a filhos somente uma entrevistada disse ter filho que está entre os 10 e 15 anos, as demais não comentaram sobre ter filhos.

Com relação a trajetória profissional das entrevistadas, observou-se que quatro das cinco entrevistadas têm a Secretaria de políticas para mulheres de Caruaru como a porta inicial na gestão pública. A outra entrevistada já atuou em outros cargos públicos antes de assumir cargo de gestão na secretaria, sendo técnica em assistência social e coordenação de serviços sociais em hospital público. Quanto ao tempo de atuação de atuação na secretaria a mais antiga possui 10 anos e a mais recente possui 4 meses. Duas das cinco entrevistadas informaram que possuem funções profissionais paralelas a secretaria em instituições privadas, como tutora e professora em Universidade privada, conforme pode ser observado no quadro abaixo:

QUADRO 2 – Perfil das gestoras entrevistadas

Entrevista	Formação	Função na secretaria	Tempo na função	Funções em outras instituições	Funções exercidas na prefeitura
Entrevistada 1	Graduação em Direito	Gestão Geral	4 meses	Não relatada	Controladoria do município
Entrevistada 2	Graduação em Serviço Social	Gestão de Enfrentamento a violência	8 anos	Técnica e coordenação de serviço social em hospital público; Tutora em Universidade privada	Técnica e assistente social do CRM
Entrevistada 3	Graduação em Direito; Graduação em Biblioteconomia; Pós-graduação na área de direito	Gestão de saúde e qualidade de vida	5 anos	Não relatada	Coordenação de políticas para mulheres negras; Gestão de relação institucional; Gestão de promoção e defesa dos direitos humanos
Entrevistada 4	Graduação e Mestrado em Administração; Graduação em Design; Pós-graduação em Gestão Pública	Gestão de Cidadania e Autonomia Econômica	5 meses	Professora em Universidade privada	Não relatada outras funções na prefeitura
Entrevistada 5	Graduação em Psicologia	Coordenação de Serviços do CRM	10 anos	Não relatada	Psicóloga e técnica de triagem do CRM

Fonte: Elaboração da autora (2023).

5.1.1 Funcionamento da secretaria

Com relação ao funcionamento da secretaria, a partir dos relatos obtidos, foi possível identificar três pontos que contribuem para a execução e manutenção das estruturas e organização das atividades da secretaria, o primeiro é a quantidade de funcionários, a secretaria apresentou significativo crescimento nos últimos anos e hoje conta com cerca de 40 a 50 pessoas, englobando os diversos níveis hierárquicos, no seu quadro de funcionários, incluindo o Centro de Referência da Mulher (CRM), como informa a Entrevistada 3: “no quantitativo geral da secretaria, quando eu saí de lá

semana passada se não me engano, ficou um quadro técnico de mais ou menos 40 pessoas, porteiros, os vigilantes da noite, os motoristas, gerentes” e a Entrevistada 2: “a gente tinha uma equipe muito menor quando eu entrei lá em 2015, mas hoje a gente tem mais de é, se a gente tinha sei lá 10 pessoas quando eu entrei hoje a gente deve ter aproximadamente 50 pessoas”. Sua estrutura organizacional é dividida, principalmente, entre a secretária, as gerências de cada eixo, as coordenações e os servidores ligados a cada uma, conforme a fala das entrevistadas abaixo:

A secretaria em sua estrutura é composta por: secretária da mulher, gerência, coordenações e outros servidores e servidoras e dentro dos eixos de atuação a secretaria da mulher de Caruaru ela é composta por três eixos, o eixo de políticas de saúde e qualidade de vida. (Entrevistada 3).

A gente tem o CRM que eles têm muitas técnicas que é a equipe de psicólogas, advogadas e assistentes sociais e são elas que estão na linha de frente para prestar o socorro às vítimas e a cidadania a gente costuma dizer que ela é o eixo da secretaria que tenta em algum momento fazer com que a violência não aconteça (Entrevistada 4).

O segundo ponto são os três eixos que regulam as ações da secretaria que foram abordados por todas as cinco entrevistadas. Com os relatos torna-se evidente que a secretaria de políticas para mulheres em Caruaru busca compor os eixos de uma maneira que atenda os mais diversos segmentos e características de mulheres lhes fornecendo representatividade. Por exemplo, o eixo de cidadania e autonomia econômica se configura como um eixo voltado para a promoção do empoderamento profissional, econômico e do conhecimento da mulher, conforme a fala abaixo:

Porque o foco da cidadania e autonomia econômica dentro dessas coordenações que são os segmentos das mulheres, é promover diversos projetos e fazer com que a gente consiga que aquela mulher tem qualificação, tenha empoderamento, consiga alcançar autonomia financeira (Entrevistada 4).

De acordo com a entrevistada 3 cada coordenação é representada por uma mulher que possui as características as quais aquela pasta aborda, a proposta é ter no comando daquela pasta além da representatividade, a compreensão fidedigna das necessidades, dificuldades dos demandantes daquelas ações como também a criação

de ações e políticas públicas mais eficientes e mais bem direcionadas, conforme reforça a fala abaixo:

Existem as coordenações e cada coordenação dessa é representada por uma mulher e a mulher naquela representação, por exemplo, existe a coordenação de políticas públicas para mulheres com deficiência, é uma mulher cadeirante, coordenação de políticas para mulheres negras, é uma mulher negra, coordenação de políticas para mulheres do campo, é uma mulher do campo, coordenação de políticas para mulheres da cultura, é uma mulher ligada a cultura, coordenação de políticas da mulher jovem, é uma mulher jovem, coordenação de políticas das mulheres empreendedoras, mulheres idosas, são essas as coordenações que existem e cada coordenadora responde justamente, ela ocupa o espaço no lugar de fala (Entrevistada 3).

O eixo de enfrentamento a violência é responsável por acolher, proteger e conscientizar a mulher e os que estejam ligados a ela no âmbito da violência, conforme abordado no tópico 4.5 deste trabalho. De acordo com as informações catalogadas nas entrevistas, o eixo de enfrentamento a violência acaba sendo a porta de entrada de algumas mulheres nos serviços da secretaria ou o meio do processo de algum serviço demandado por aquela mulher, como enfatizaram as entrevistadas abaixo:

Porque a intenção é que a mulher chegue na secretaria e as vezes a porta de entrada dela é a violência, então a gente não consegue só com o eixo da violência fazer com que aquela mulher consiga sair de um ciclo, então é por isso que as vezes ela entra pela porta do enfrentamento a violência e ela é repassada para os outros eixos [...] (Entrevistada 4).

Toda a secretaria ela é altamente demandada, mas todas as mulheres que passam pela secretaria sejam no eixo de saúde, as vezes ela nem está mais no ciclo da violência, mas aí ela precisa de acolhimento psicológico, quando ela começa a falar a gente identifica que ela é ou foi vítima de violência, o machismo mais uma vez impera e o eixo de enfrentamento a violência é o mais demandado. (Entrevistada 3).

O eixo de saúde e qualidade de vida, como destacado pelas entrevistadas, possui como foco de atividades a promoção, incentivo e conscientização da saúde da mulher, física e mental. O eixo de saúde também está em concordância com a composição segmentada da secretaria para atendimento as mais diversas características de necessidade da mulher, como pode-se comprovar a partir das falas das entrevistadas abaixo:

[...] aí o outro eixo é o eixo da saúde, saúde da mulher, chamado também de saúde e qualidade de vida, onde a gente tem alguns serviços que são prestados as mulheres de Caruaru no sentido de fortalecer a saúde física, mental, então tem grupos reflexivos, grupos com mães de crianças autistas, grupos com mulheres que estejam passando pelo processo de luto, então tem a própria citologia, então temos mulheres aqui da cidade que não tem acesso a rede de saúde, tem alguma dificuldade então tem as citologias[...] (Entrevistada 2).

[...] dentro do eixo de saúde existem grupos reflexivos, grupos para mulheres com inclinação suicida, grupos para as mulheres se fortalecerem [...] existe também a saúde na SPM onde é disponibilizado citologias, exames de lâmina para mulheres que são das áreas descobertas pela saúde, da secretaria de saúde, porque Caruaru está cada vez maior, existe muito loteamentos e bairros em localidades que não existem UBS, os postos de saúde. Então para atender essa demanda, nós criamos uma sala, uma salinha e temos a disponibilidade de uma enfermeira que é cedida pela secretaria de saúde, onde ela via uma vez por semana, onde ela recolhe, faz os exames, esses exames eles chegam com 30 dias e essa mulher realizou o seu preventivo do ano e isso é muito importante [...] (Entrevistada 3).

O terceiro ponto destacado é o crescimento da secretaria e como ele possui influência sobre sua estrutura, ações e exigências. Das cinco entrevistadas apenas duas dialogaram de forma específica sobre o crescimento da SPM, relacionados a sua estrutura física, quantidade de servidores, demandas e ações, como descreveu: “por que a secretaria de políticas para mulheres ela vem num crescimento, tanto nas suas ações como no pessoal mesmo” (entrevistada 2). Já a entrevistada 3 destacou o crescimento da estrutura física como um amplificador do aumento das demandas, ocasionado pela visibilidade que a secretaria possui como o novo endereço:

Veja, a secretaria de políticas par mulheres de Caruaru atualmente está localizada em uma nova sede que foi inaugurada ano passado, uma sede que compõe uma estrutura física muito boa e que atende as necessidades para as políticas públicas para mulheres, onde é que está localizada?! Na rua Rua dos Expedicionários número 30 no bairro nossa Senhora das Dores, é muito central é nas proximidades do banco do Brasil do centro é mais fácil de achar e depois que nós mudamos pra esse local nós conseguimos identificar que as demandas aumentaram no sentido de que as mulheres cada vez mais procuram os serviços, seja por não saber o que significa a secretaria e seja por saber o que significa [...] (Entrevistada 3).

5.1.2 Políticas públicas para mulheres implementadas em Caruaru.

No que se refere as políticas para mulheres implementadas em Caruaru é possível destacar a partir das entrevistas a forte presença de políticas de enfrentamento a violência atuando em conjunto com o Centro de Referência para Mulher de Caruaru nas ações de implementações das políticas e projetos elaborados

para retirada da mulher que se encontra em situação de violência ou no ciclo de violência, como também no seu acompanhamento. As entrevistadas reforçam afirmando:

O enfrentamento a violência é algo muito forte aqui no município de Caruaru, porque antes mesmo de existir uma secretaria executiva, antes de existir uma secretaria autônoma como a gente tem hoje, com orçamento próprio, sempre existiu um centro de referência da mulher que é um órgão principal que atende as mulheres vítimas de violência, por assim o centro acaba sendo porta de entrada para mulher vítima de violência, lá a gente tem uma equipe multidisciplinar, que é com uma advogada, psicóloga e assistente social que faz esse acompanhamento com a mulher nos diversos organismos que forem necessários (Entrevistada 1).

O próprio centro de referência é mais uma ampliação, além da gente ter uma delegacia e obviamente a delegacia ela é um organismo estadual, mas ela agora é 24 horas a gente também tem o centro de referência da mulher hoje atuando em regime de plantão, então por exemplo, na época que entrei a gente tinha uma demanda muito pequena de atendimento e hoje a gente mais que quadruplicou a quantidade de atendimento então sugere o aumento da nossa equipe e também a extensão do nosso horário. (Entrevistada 2).

Essa presença destacada de políticas de enfrentamento a violência deve-se ao reconhecimento do aumento das demandas de mulheres em situações de violência abordado pelas entrevistadas. Esses aumentos das práticas de violência não se referem somente a violência física, também se refere a violência obstétrica, abusos psicológicos, assédio e ameaças como confirmado pela entrevistada 2:

Obviamente os números aumentaram e o que é que a gente pode perceber, quando a gente avalia a violência a gente percebe que houve por exemplo, como é que eu posso dizer, os crimes eles estão menos brandos digamos assim, se antes a gente tinha denuncia de violência psicológica, de perturbação da tranquilidade, hoje a gente tem muito ameaça, a gente tem tentativa de feminicídio, então é mais registros nesse sentido (Entrevistada 2).

No que se refere as políticas implementadas no eixo de enfrentamento a violência se têm implementado no município desde programas político de amplitude nacional à projetos e políticas municipais. Um programa de extensão nacional que foi comumente citado nas falas das entrevistadas é o Maria da Penha vai à Escola. O programa possui viés de ensinamento acerca do enfrentamento a violência contra mulheres, além de trazer reflexão sobre desigualdades de gênero nas escolas (CARUARU, 2018). O programa vem através do advento da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340, 2006) explanada neste trabalho no tópico 4.3.1 sendo uma das ações mais conhecidas no que se refere ao combate e prevenção da violência contra mulher.

[...] quando eu faço maria da penha vai a escola, eu não posso chegar lá na escola e falar só com as meninas, eu preciso falar para os estudantes, para as alunas e para os alunos. Pra que isso possa ser mudado, a educação é uma das principais fomentadoras da desconstrução e o caminho principal que a gente pode mudar a estrutura patriarcal da nossa sociedade (Entrevistada 1).

Muitas vezes a gente tá em uma comunidade que a gente sabe que tá tendo muitos casos de violência, relatos de abuso, então já se organiza para montar um Maria da penha vai a escola para tentar fazer uma intervenção pedagógica lúdica, para que as crianças entendam e consigam perceber, fazer formações com os gestores também (Entrevistada 5).

[...] uma equipe que trabalha com essa formação que é o Maria da Penha vai à escola, a gente monta uma equipe a gente monta uma formação para essa equipe, a gente setorizou, então por exemplo, a gente tem públicos específicos, então não é o público geral, não é uma formação só, então o público da criança, tem o adolescente, tem o EJA [...] (Entrevistada 2).

O eixo de saúde e qualidade de vida é possível destacar a partir das entrevistas, políticas voltadas para à saúde da mulher que também se alinham com as políticas de enfrentamento a violência, como a Lei Nascer Bem (BRASIL, 2017) que em seu Art. 1º estabelece que “toda mulher gestante tem direito à assistência humanizada durante todo o período pré-parto, durante e pós-parto, além de assistência humanizada ao abortamento e ao puerpério na rede de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e em estabelecimento privado de saúde suplementar”. A entrevistada 3 destaca em sua fala o papel da secretaria diante dessa lei:

Existe a Lei Nascer Bem que foi implementada aqui no município, onde nós temos a câmara técnica de enfrentamento a violência obstétrica, onde a secretaria da mulher tem uma cadeira nessa câmara, onde a gente debate junto a mulheres da sociedade civil e outras secretarias à temática de violência obstétrica. São reuniões mensais, tá certo?! (Entrevistada 3).

O eixo também conta com projetos de promoção a saúde física da mulher como A Corrida e Caminha Caruaru para todas e com projetos que se articulam com o eixo de cidadania e autonomia econômica no sentido de não só promover a saúde da mulher como também a sua identificação enquanto indivíduo contribuidor de um contexto social, o que traduz um avanço no diagnóstico das reais necessidades das mulheres em relação a programas e políticas de saúde em comparação com as décadas de 30 a 70 em que de acordo com o ministério da saúde (2004) a elaboração dos programas da época tomavam por base somente o perfil de mãe e doméstica da mulher, conforme abordado no tópico 4.3.3 do trabalho.

Tem a Banda Marcial Caruaru para todas, existe uma banda onde as mulheres quando é nas proximidades do 7 de setembro elas fazem com a coordenadora de cultura, onde elas fazem ensaios, a gente consegue os instrumentos pela secretaria de educação, pratos, tambores, aquelas coisas todinha, a menina faz o treinamento com elas e dia 7 de setembro, elas desfilam mostrando o serviço da secretaria para quem tá ali olhando o 7 de setembro porque é um desfile tradicional cívico e fora isso a banda promove momentos de lazer, realização também para toda a mulher que vem para a bandinha, ela vem dizer: “ Caramba meu sonho quando era pequena era tocar numa banda mas nunca tive oportunidade”, a gente consegue resgatar esse sonho nela (Entrevistada 3).

[...] a Corrida e Caminhada Caruaru para todas que é uma atividade que ela é pensada estrategicamente para promover um dia de saúde, enorme, assim gigante onde mais de 2 mil mulheres correm em Caruaru, quem não corre faz caminhada, ganha um prêmio simbólico, mas assim é muito bom porque a gente vê mais de 2 mil mulheres todo mundo lá, é um dia de atividade física para mulher se perceber também como uma pessoa que pode ser do esporte (Entrevistada 3).

No eixo de cidadania e autonomia econômica pode-se elencar a partir das entrevistas realizadas, políticas com foco no fortalecimento da mulher negra, no combate ao racismo como o projeto Raízes da resistência que em novembro de 2022 trouxe palestras que promoviam o protagonismo feminino negro e a importância da luta e resistência negra (CARUARU, 2022).

Eu escrevi na época o projeto Raízes da Resistência e Mulheres de Axé, eles vão até os locais, os Mulheres de Axé ele via dar formações, palestras, escutar a comunidade dos terreiros porque as mulheres de matrizes africanas sofrem bastante com o preconceito e a intolerância religiosa, o Raízes da resistência ele vai ao remanescentes quilombolas da cidade, via para outros locais também onde tenham um quantitativo de mulheres negras para que elas também recebam essa formação, para ter um acompanhamento e para que se percebam como mulheres (Entrevistada 3).

As políticas de qualificação profissional fomentadas também pelo eixo de cidadania e autonomia econômica, como o programa Qualifica Caruaru, possuem a característica de estarem alinhadas com os direcionamentos econômicos nacionais e com o Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, em específico nas ações para ampliar a participação das mulheres no mercado de trabalho, como abordado no ponto 4.3.2 deste estudo. Além disso, também é fornecido os aparatos necessários para que as mulheres consigam dar continuidade ao seu trabalho:

O nosso programa de qualificação que ele é um programa institucionalizado dentro da prefeitura que é o Qualifica Caruaru e esse Qualifica Caruaru ele tem várias metas e a nossa secretaria tem uma dessas metas, então por exemplo dentro desse guarda-chuva institucional da gestão municipal que é o qualifica Caruaru a gente abre também os nossos projetos, por exemplo, a gente tem um programa que é chamado Mulher que Faz que a gente ofereceu vários cursos no centro de qualificação para essas mulheres terem

uma profissão, se qualificarem profissionalmente, esses cursos geralmente são, pronto também tudo isso a gente faz numa perspectiva de dar visibilidade a práticas e a grupos sociais que estão de alguma forma marginalizados na sociedade, então quando a gente vai pensar qual o curso que a gente vai fornecer, a gente oferece cursos de beleza porque a gente sabe que tem pesquisas que mostram que as mulheres conseguem rentabilizar muito mais porque a estrutura ela faz dentro de casa, ela consegue a vizinha, dentro da vizinhança, então por exemplo curso de manicure, curso de cabelereira, a gente tem na região essas questões culturais ligadas ao arranjo produtivo da confecção e então a gente faz curso de corte e costura, então são vários fatores, vários critérios que a gente está estabelece baseado em pesquisas estatísticas e a gente consegue ali delimitar qual é esse curso, qual é essa oficina pra gente conseguir de fato ter público e aderência. (Entrevistada 4).

O eixo de cidadania e autonomia econômica também possui uma forte implementação de políticas que fortalecem o empoderamento feminino e o reconhecimento dos papéis da mulher caruaruense na sociedade local, por exemplo, o Prêmio Mulheres que fazem a Diferença, Programa Mulher Empreendedora e o as Vozes Delas são programas que buscam formar e apresentar o trabalho feminino a sociedade regional conforme relato das entrevistadas:

[...] as Vozes delas, onde a gente cantoras da região e representatividade cultural pra poder ter esses espaço e visibilidade porque a gente sabe que a cultura ela também é segmentada por questões de gênero e então a gente tem os músicos que são conhecidos, mas não essa cantora [...] (Entrevistada 4)

[...] tem o prêmio Mulheres que fazem a diferença, onde todos os anos são chamadas mulheres para receber o prêmio de acordo com a relevância social, por exemplo, uma mulher que foi parteira, que ajudou ali aquela comunidade toda, é um prêmio simbólico, mas assim é de relevância social, de reconhecimento daquela mulher na contribuição que ela deu para a sociedade em Caruaru (Entrevistada 3).

[...] existe o programa mulher empreendedora, as mulheres passam por esse fortalecimento, esse empoderamento, elas adquirem todo o conhecimento para empreender, a gente ensina sobre produto, educação financeira, a gente mostra o caminho para ela. (Entrevistada 3).

Conforme relatado pelas entrevistadas a inserção da temática do empoderamento feminino nas ações e políticas implementadas apontam que a secretaria compreende que além das demandas da mulher apontarem o fato de estarem em uma condição de dependência econômica e social do sexo oposto, como discutido no tópico XX seguindo a visão de Beauvoir (1990), ela também entende que o processo de empoderamento se posiciona como uma ferramenta afirmativa da mulher na sociedade enquanto sujeito contribuinte socialmente (WEYL, 2010).

Para sintetizar de forma coesa, o quadro abaixo foi realizado a partir das interseções das políticas citadas pelas entrevistadas:

QUADRO 3 – Projetos, Programas e/ou Leis para mulheres implementadas em Caruaru mencionados pelas entrevistadas

PROJETOS, PROGRAMAS E/OU LEIS PARA MULHERES IMPLEMENTADAS EM CARUARU MENCIONADOS PELAS ENTREVISTADAS
<ul style="list-style-type: none"> • Lei Dona Severina • Patrulha Maria da Penha • Maria da Penha vai a escola • Lei nascer bem • Projeto Rainhas • Campanha do Não é Não • Projeto Mediar • Formação elas lideram no Agreste • Feira da mulher empreendedora • Corrida e Caminhada Caruaru para todas • Programa mulher empreendedora • Semana da mulher negra • Projeto raízes da resistência e mulheres de axé • Prêmio Mulheres que fazem a diferença • Banda Marcial Caruaru para todas • Projeto Estreitando Laços • Projeto Caruaru Cuida • Estação Mulher • Encontro com elas • Campanha Laço Branco • Qualidade de Vida • Estação Mulher • Mulher que faz • Qualifica Caruaru • Seguridade Social • Vamos Marcar o Mundo

Fonte: elaboração do autor.

5.1.3 Construção da política para mulher em Caruaru

Quanto à construção de uma política para mulher no Município de Caruaru, os relatos das entrevistadas apontam em contexto amplo que a secretaria utiliza e realiza com frequência um processo de escuta das demandas diretamente da própria mulher

detentora daquele contexto situacional para a realizar a identificação das necessidades.

É sempre quando é sinalizado, então a gente escuta essas mulheres. Eu sei da pauta de uma mulher de uma determinada situação, da minha situação, mas, eu não sei, por exemplo, do contexto de uma mulher idosa, do contexto de uma mulher que possui deficiência. Então a gente escuta mulheres de todas as situações né e contextos para que seja feito um planejamento diante da demanda. Geralmente surge muito nas formações, nas câmaras técnicas, movimentos sociais, até nas ações mesmo, as vezes a gente tá em uma ação e alguém sinaliza a demanda e a gente já começa a pensar em como podemos implementar essa política pública (Entrevistada 5).

Um canal de construção de políticas públicas para mulheres em Caruaru a partir desse processo de escuta são as pré-conferências municipais, que são etapas prévias para a Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres (CMPM), as pré-conferências possuem o objetivo de ouvir as mulheres da comunidade e apresentar propostas de políticas públicas que serão debatidas e que devem ser efetivadas nos anos seguintes (CARUARU, 2019):

Uma coisa que é muito importante para a construção das políticas públicas são as conferências municipais da mulher, esse ano é ano de conferência, o que significa dizer que são organizadas aqui em Caruaru as pré-conferências dentro da zona rural e zona urbana, onde a gente vai nas localidades acolher essas mulheres e convidá-las para conferência, por que na conferência da mulher vão existir os eixos, existe toda a apresentação, para que elas digam o que é que elas querem, o que é que elas desejam, o que é que pode melhorar. Então a gente colhe todas as informações, a equipe da secretaria se divide nas salas, escuta as demandas, tem um digitador e um mediador que vai colhe todas essas informações e no final da conferência é colocado lá no quadro tudo o que as mulheres desejaram para construir novas políticas públicas a partir da fala da própria mulher (Entrevistada 3).

É possível identificar a partir das respostas ao decorrer da entrevista que além das conferências e dos processos de escuta, a dinâmica da secretaria, no que se refere a suas atividades, junto com outros departamentos da prefeitura e a utilização de dados estatísticos se constituem como um meio de formulação e defesa à implementação de determinadas políticas, conforme reforçado pelas entrevistadas abaixo:

Esse é um canal de construção de políticas, outros, é a partir da nossa própria dinâmica junto com a população, enquanto equipe a gente senta e pensa muita coisa, especialmente articuladas, por exemplo uma política de enfrentamento a violência gente pensa de forma articulada com a própria

delegacia, a gente vê experiência de outros locais e traz adaptado a nossa realidade (Entrevistada 2).

O que é que eu gosto muito, os dados do centro de atendimento do centro de referência da mulher, quando a gente junta os dados de enfrentamento da violência contra mulher, os dados das mulheres que realizaram o boletim de ocorrência na delegacia mais os dados das mulheres que tiveram a medida protetiva deferida da vara, a gente consegue ter um olhar de sobre o que é que a gente tá precisando (Entrevistada 1).

Destaca-se nesses meios de formulação de políticas públicas para mulheres a importância do alinhamento com os planos dos dois primeiros níveis do sistema federativo, a união e os estados. Como já retratado no Referencial Teórico, especificamente no Tópico 4.3.2, o Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres (PNPM) traz as ações a serem tomadas para o enfrentamento da desigualdade e discriminação contra mulheres no Brasil, fundamentando o papel do Estado na implementação dessas ações (BRASIL, 2006):

A gente para partir de uma política pública a gente tem que partir de diretrizes que elas são estabelecidas nacionalmente, então a gente olha essas diretrizes, através desses documentos a gente consegue entender como uma política pública ela está sendo pensada nacionalmente e desdobra ela para o município, lógico quando ela chega no município, a gente vai adaptar para a realidade daquele município, qual é aquela conjuntura, quais são as características da população (Entrevistada 4).

Em se tratando de percepção de processos, é possível inferir que a secretaria com os seus processos de escuta e conferências para formulação de uma política, aplica o ciclo de políticas públicas proposto por Lasweel (1971) citado por Reader (2015), no qual ocorre a percepção do problema, identificação dos envolvidos no problema e formulação de uma solução viável para o problema apresentado.

5.1.4 Acompanhamento do impacto das políticas

A secretaria de políticas públicas para mulheres em Caruaru, de acordo com as informações reunidas nas entrevistas, ainda não possui uma ferramenta estatística ou um canal direto e específico para o acompanhamento do impacto gerado pela implementação de uma política. O que se realiza são acompanhamentos manuais, com teor mais qualitativo, com descrições, fotografias e relatórios como exemplifica a entrevistada 2: “porque a gente vinha num formato de atendimento, especificamente no centro de referência da mulher que são os nossos dados nossos números e ficha

manuais e os processos eram um pouco mais lentos”, a utilização dos canais do município e o aumento da quantidade de acionamentos que são recebidos também são considerados meio de percepção da efetividade daquelas políticas fomentadas, como informa as entrevistadas:

O que é que a gente tem, a gente tem a ouvidoria do município que é um canal bastante atuante, então por exemplo se você entra no site da prefeitura a gente tem o canal, então você acessa, tem o 156, tem o telefone, tem presencial e tem o Caruaru doc que é uma plataforma digital que desde a pandemia foi instalado, mas a gente não tem um canal direto para receber não (Entrevistada 1).

Se for uma ferramenta estatística, se for uma ferramenta que a gente trabalha indicadores, indicadores estatísticos, não tem, a gente tá junto com outras secretarias formulando, mas a gente tem como eu disse ferramentas qualitativas, que são essas ferramentas que a gente coloca no relatório que tem essa questão descritiva, da fotografia, do acompanhamento, dos relatos, também a gente pede relatos orais para decompor esses relatórios, é nesse sentido (Entrevistada 4).

A gente acompanha através da quantidade de mulheres que acionam a gente, primeiramente eu falo em relação ao Centro de referência no qual eu estou locada e de que eu consigo ter essa vivência e contexto de quando a gente faz alguma ação e contexto de panfletagem, algum local específico a gente percebe que o números de atendimento aumenta porque quando uma mulher sabe que ali tem esse serviço mesmo que ela não compreenda ou não passe pela situação de violência, ela sabe que tem outra pessoa que passa e ela a partir dessa informação que a gente passa ela repassa para outra mulheres, ela se torna uma multiplicadora e a gente percebe isso pelo número de atendimentos (Entrevistada 5).

A secretaria também realiza como forma de acompanhamento as visitas pessoais aos locais que tiveram alguma ação de política implementada, verificando o andamento e recebendo os feedbacks pessoalmente das demandantes. As mulheres que se utilizam das políticas públicas aplicadas recebem e repassam esses *feedbacks* a secretaria, elas agem como multiplicadoras das políticas públicas. Além disso, a secretaria também se utiliza das notas técnicas tanto para justificar e comprovar que determinada política de fato aconteceu quanto para ter relatórios dos resultados daquela ação:

Com relação a pergunta anterior, a gente acompanha justamente indo até a comunidade, vendo se foi atendido aquela demanda, a gente sempre fica com aquele feedback, porque as nossas atividades e atendimento não são só em loco como também são na secretaria, então a mulher sempre vai dar um retorno, justamente o que é comprovas as nossas ações?! As notas técnicas que são produzidas previamente, nota técnica dizendo o porquê daquele evento, por exemplo, para gente se dirigir do centro da cidade da secretaria

pra uma comunidade, a gente demanda carro, então tem a justificativa do combustível, então é tudo muito amarrado pra comprovar que a ação aconteceu (Entrevistada 3).

A gente tem um contato muito bom com as mulheres, tem muitas que são líderes comunitárias daquela região, então por exemplo quando a gente vai fazer uma ação no Luiz Bezerra Antunes, tem uma mulherzinha lá que tem o poder né ali dentro, assim, de articuladora de ajudar mesmo e normalmente elas dizem assim olhe o curso foi ruim, elas não têm problema nenhum de dizer, tipo ó o curso foi ruim, não gostamos (Entrevistada 1).

Apesar de ainda não possuir aparatos estatísticos, tecnológicos e indicadores de acompanhamento, a secretaria vem se estruturando para criar ferramentas e sistemas de *feedback* juntamente com outras secretarias do município como apresenta a entrevistada 4: “ Não tem é uma palavra muito forte, se for uma ferramenta estatística, se for uma ferramenta que a gente trabalha indicadores, indicadores estatísticos, não tem, a gente tá junto com outras secretarias formulando”, tal ferramenta e sistema ainda não foram divulgados por estarem em fase de estudos, conforme abordado pela entrevistada 2:

Olha a gente tá justamente com a própria secretaria de planejamento, como eu falei pra você, a gente não consegue trazer mais detalhes porque estamos em processo de conversa tá tudo muito novo, no cenário mais off pra que a gente possa melhorar e organizar tudo isso, porque a gente vinha num formato de atendimento, especificamente no centro de referência da mulher que são os nossos dados nossos números e ficha manuais e os processos eram um pouco mais lentos e hoje a gente tá nessa expectativa de tá organizando, sistemas estão sendo montados pra qualificar esses nossos dados, então vai qualificar realmente o nosso trabalho (Entrevistada 2).

É possível dizer que a secretaria de políticas para mulheres em Caruaru trabalha com políticas do tipo regulatórias descritas por Gianezini (2017), as quais exercem alguma forma de monitoramento sobre as atividades aplicadas, mesmo que não seja através de ferramentas e sistemas estatísticos, ainda sim, qualitativa e descritivamente é possível inferir que a secretaria busca manter suas ações e programas sob supervisão.

5.1.5 Reformulação das políticas

Com relação a reformulação ou modificação de alguma política implementada 4 das 5 entrevistadas informaram que algumas modificações nas políticas são realizadas quando identificadas a demanda, a necessidade, importância da

modificação e a consideração do próprio *feedback* quando não é positivo como comenta a entrevistada 1: “mas a gente abre e divulga no canal da prefeitura e não tem uma adesão boa a gente já começa a pensar que isso aí não funcionou e assim o desinteresse também e a gente reformula” e mesmo quando se trata de políticas nacionais ocorre a adaptação para as características particulares de cada público daquela região a ser atendido. Essas modificações são consideradas pelas entrevistadas como benéficas no sentido de que são para provisão do bom funcionamento daquela política estabelecida, conforme as entrevistadas abaixo especificam:

Com certeza, e eu acho isso positivo viu, porque na realidade é assim que a gente pensa enquanto seres sociais humanos, estamos aqui para evoluir e certamente o que se pensou lá atrás e tinha relação com o que se vivia com os dados que tinham, com a equipe que tinha. Então por exemplo, a gente já tem o Maria da Penha vai a escola já alguns anos sendo executada pela secretaria, no entanto eu cheguei agora muito recente nessa gestão desse programa inclusive e a gente pensou muita coisa diferente, muita coisa pra somar com o que já vinha sendo realizado (Entrevistada 2).

Quando a gente fala de planos nacionais, planos estaduais e a gente tem as diretrizes do próprio plano da prefeitura que eles tem esses norteadores pra gente dizer qual é o público que a gente trabalha e isso faz com que a gente reduza o risco da aplicação desse projeto, mas o risco existe e eu chamo de risco a não adequação e então meio que a gente não vai para eles já com a coisa pronta, a gente já conhece vai adaptando tudo, mas quando a gente começa a executar projeto mesmo aí as coisa começam a aparecer (Entrevistada 3)

A entrevistada 3 em sua resposta aponta uma visão mais voltada a hierarquia organizacional e as etapas que envolvem o processo de reformulação de uma política. O argumento é de que a reformulação é uma questão a ser discutida pelo nível mais elevado da hierarquia da secretaria, no caso a própria secretária junto ao prefeito do município e somente depois é repassado para as gerências e suas equipes:

A questão da reformulação realmente dependeria exclusivamente da própria secretária, porque a secretária da mulher é a pessoa que vai responder primeiramente à gestão, no caso ao prefeito, então pra se ter uma visão de uma reestruturação das políticas públicas pela secretaria da mulher, então demanda da própria secretária que vai dizer “eu acho interessante modificar dessa forma” porque aí ela passa para o prefeito ou para a prefeita e o dando o aval volta para a equipe ela senta com o núcleo gestor da secretaria que são as gerências e é tudo alinhado e as gerências vão passar para sua equipe técnica, é uma questão bem estrutural mesmo é tipo um fluxograma mesmo de atividades[...] (Entrevistada 3).

Sebrae (2008) define que as políticas públicas são ações tomadas com base na demanda, então se a demanda aponta que a política implementada já não está alcançando o objetivo, logo se atribui o pensamento de que uma reformulação deve ser feita, a questão de passar pela hierarquia da organização pública se configura apenas como uma etapa do processo de reformulação de uma política, nesse sentido.

5.2 DIFICULDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES

O segundo objetivo da pesquisa é direcionado para a identificação das principais dificuldades na implementação das políticas públicas para mulheres no município de Caruaru. A pergunta fundamental para a análise é a pergunta 6 do questionário aplicado. De forma geral as entrevistadas abordaram que o orçamento, machismo, preconceito, burocracia, diversidade dos segmentos de público a ser atendido, falta de alinhamento entre os três poderes, interesse político e a baixa visibilidade que as políticas para mulheres possuem em detrimento de outras são barreiras enfrentadas para fomentar uma política pública para mulher no município de Caruaru.

Foi possível perceber em seus relatos que mesmo quando um sistema ideológico que oferta modelos de identidade para homens e mulheres e que também invalida todas as outras práticas e comportamentos que não correspondem a essa identidade estabelecida outros desafios enfrentados apareçam como destaque, a questão orçamentária sempre aparece em conjunto, mesmo que seja em segundo plano.

A entrevistada 4 em sua percepção sobre as principais dificuldades solidifica sua fala na complexidade do serviço público, no sentido de entender e depois atender as demandas específicas de cada segmento de mulher solicitado e da sofisticação das políticas públicas alinhados com a burocracia, entretanto a gerente não descarta a importância da burocracia entendendo sua relevância para tentar impedir o uso dos recursos públicos de forma negligenciada. Também comentou o fato de as políticas públicas serem de governo e não de Estado e que por causa da dependência da conjuntura, essa política pode ou não vir a ser pauta importante de um governo:

A política pública vai ficando mais sofisticada, porque a gente entende que as mulheres não são iguais, então para cada segmento de mulher, a gente vai

agora ter que criar uma vertente de atuação porque como eu disse as demandas da mulher negra são muito diferentes das demandas da mulher do campo, das mulheres com deficiência e todas elas têm que ser atendidas. Então eu acho que esse é o primeiro critério da complexidade do serviço público, essas demandas que elas são cada vez mais segmentadas e que elas são de toda população, então quando a gente fala dessa população as vezes a gente está falando de centena de milhares de pessoas né (Entrevistada 4).

A segunda questão eu acho que é da própria estrutura nacionalmente a gente não vai ter uma política para mulher como uma política de estado ela é de governo, então ela depende de conjuntura, para ela crescer ou para ela reduzir então as vezes quando a gente não tá com um cenário político onde isso é agenda de um governo ela vai diminuir, o orçamento ele vai ficar menor, os interesses de quem pode fazer as emendas parlamentar vai ficar menor, até os editais né, até o alcance das instituições vai ficar menor, então eu acho que tem essa questão (Entrevistada 4).

A questão orçamentária, o interesse político alinhado com os três poderes e a baixa visibilidade em políticas para mulheres foram pautas na fala das entrevistadas 1, 2 e 5 acerca das dificuldades enfrentadas. Em suas falas elas abordam a questão de a secretaria não possuir um orçamento próprio e devido a isso para algumas ações faz necessário o auxílio da secretaria de assistência, de emendas parlamentares e de articulações com outros órgãos. Além disso, também explanaram a importância do alinhamento entre os três poderes e o interesse político serem facilitadores para a implementação de políticas ou um agente dificultador delas:

O orçamento é o que a gente mais sofre. O nosso orçamento, a gente não tem um orçamento próprio aqui então o nosso orçamento não é muito grande, então muita coisa a gente depende da secretaria de assistência que tem umas verbas né, do sumas por exemplo. Mas a gente não é uma secretaria de assistência então pra gente conceder auxílio moradia tudo a gente depende da assistência, então por exemplo, feito eu disse a você quando a gente tá com o governo federal mais aberto, acaba que os municípios e também o gestor daquele município, estado e governo federal estão mais alinhados, acaba sendo um território mais fértil pra que a política pública daquele município ela consiga né dar melhores frutos, quando a gente vem né nesses embates e tudo mais não rola. (Entrevistada 1).

Eu acho que os primeiros desafios e obviamente bem no começo dessa minha atividade profissional, está relacionado ao orçamento, a nossa secretaria é uma secretaria especial, é uma secretaria não ordenadora de despesas, então ela não tem recurso próprio, ela precisa demandar do gabinete, a gente tinha muita dificuldade por isso, pra gente implementar algumas políticas, eu acho que os desafios estão muito relacionados ao interesse, políticos, então em alguns momentos se tornam desafios a questão do orçamento, a questão dos interesses políticos, na verdade isso acaba representando os maiores desafios, por que quando a gente tem vontade política, a gente já tem a expertise, a vontade política e a gente tem orçamento aí deslança né?! (Entrevistada 2).

Acredito que é o problema de todas as secretarias, que é a questão de esbarrar com licitação, com limites financeiros, com mais isso pelo que eu percebo, como eu te falei não estou muito à frente da secretaria, mas o que eu vejo, o que eu ouço, o que eu percebo é mais isso. Porém, a gente trabalha muito em parceria porque a gente sabe que verba pública dependendo da demanda demora pra chegar, então tem as suas prioridades e quando se trata de políticas para mulheres não é pensado com bons olhos, com a mesma prioridade que tem para saúde por exemplo, sendo que violência doméstica é uma questão de saúde pública se a gente for pensar, se a gente for analisar (Entrevistada 5).

Como já retratado no tópico 4.2 deste trabalho, as dificuldades concernentes para implementação de políticas para mulheres ligadas ao interesse político, estão pautadas na base de que as decisões e as ações de políticas públicas são realizadas a partir do Estado e podem ser influenciadas por figuras que podem ou não estarem relacionadas com o Estado.

Na visão da entrevistada 3 a falta de conhecimento sobre o trabalho da secretaria de mulheres e o machismo são os pontos de principais dificuldades para a formulação e implementação de uma política pública, muitas vezes encontrados dentro do próprio serviço público. Esse relato reafirma e consolida a ideia apresentada no tópico 4.1 deste trabalho que explana sobre a instituição do comportamento e espaços para mulheres e homens na sociedade e que o machismo como um sistema ideológico que oferta modelos de identidade para homens e mulheres também acaba criando barreiras e invalidações para todas as outras práticas e comportamentos que não correspondem a essa identidade estabelecida (DRUMONT, 1980).

O não conhecimento, eu acho que o preconceito é a primeira trava da questão da política pública para mulher, porque as vezes muitos servidores não conseguem entender que o machismo existe, que o machismo é capaz também de matar. Então o próprio machismo, é a maior barreira para que as políticas públicas, elas passem por essas travas, por que com o machismo pode ser que alguma pessoa possa ser que alguma pessoa não queira destravar uma verba: mas isso não é interessante, esse negócio de mulher pra quê?! Entende?! (Entrevistada 3)

5.3 ARTICULAÇÃO COM REDES PRIVADAS E PÚBLICAS

De acordo com as informações coletadas nas entrevistas foi possível perceber que boa parte das políticas que a secretaria de mulheres em Caruaru realiza é através de parcerias e/ou articulações, algumas delas com outras secretarias do município, tal ação é muito incentivada pela própria gestão do município, conforme a entrevistada 2 explica: “É o nosso dia a dia, a gente trabalha muito em parceria, inclusive uma

pauta muito do nosso prefeito também, ele fortalece muito essa nossa intersectorialidade”.

3 das 5 entrevistadas afirmaram o incentivo da gestão municipal nessa intersectorialidade. Essa incorporação de políticas e projetos públicos entre setores que são voltados a interesse político são capazes de fornecer maior eficácia à gestão das políticas públicas tendo em vista que se comunicam para identificar e atender as necessidades da população e os benefícios que podem ou não serem oferecidos (NASCIMENTO, 2010). Os relatos abaixo reafirmam esse ponto:

então a comunicação é assim a gente pensa algo e já chama o coleguinha, então a gente pensa algo para executar de maior porte de ação e a gente já pensa nos parceiros que ajudaria, eu acho que a gente tem muita parceria com a secretaria de saúde, com a secretaria social dos direitos humanos, então a gente se articula muito porque quando a gente pensa uma ação e na sua integralidade a gente precisa chamar esses outros atores a intersectorialidade na prefeitura de Caruaru ela funciona muito bem, a gente pensa ações chama eles, eles pensam ações chamam a gente. (Entrevistada 2).

Nós nos consideramos um mesmo time quando a gente diz o mesmo time nós somos o time do prefeito ou da prefeita [...] veja ninguém faz nada sozinho esse é o nosso maior ideal dentro da prefeitura de Caruaru e a gente vai precisar de outras secretarias [...] então a gente depende um do outro, principalmente quando as demandas aquecem um pouco e a gente vai precisar da força deles, são muitas ações e a maioria das ações a gente realiza em parceria. (Entrevistada 3).

A gente tem que trabalhar em colaboração até porque a gente tem a mania de separar as coisas de colocar as coisas em departamentos porque em termos de gestão a gente só consegue fazer essa gerência departamentalizando, mas de forma geral tudo tem que acontecer em união porque a gente é uma gestão municipal só. (Entrevistada 4).

As articulações com o governo estadual e federal acontecem através de emendas parlamentares de deputados estaduais, repasses do governo federal, diretrizes e editais publicados pelo governo federal e os dados que são publicados. Todos esses meios de acordos com as entrevistadas são utilizados para que as políticas públicas formuladas para mulheres no município de Caruaru tenham êxito e seus serviços ampliados, conseguindo estarem alinhadas as necessidades que as mulheres estejam possuindo:

Todos os cursos de agroecologia que a gente fez foi com emenda parlamentar de deputado estadual, porque é isso a gente tem que sempre usar das redes é tudo uma conexão, tudo tá interligado, tem os repasses do

governo federal, tem os próprios editais do governo federal que a gente pleiteia e a gente não pleiteia de forma autônoma não a gente recebe essa informação do governo federal, as diretrizes, a secretária tá sempre em Brasília em conferências, é uma rede só, a gente na verdade é aquela história de que a gente separa para conquistar tudo. É um grau de importância máximo porque quanto mais a gente vai para outras esferas da federação, como a esfera estadual e como a esfera federal a gente vai ter mais recurso, a gente vai ter mais informação, é uma sofisticação maior (Entrevistada 4)

O governo federal agora com toda a sua abertura política, como eu te falei a secretaria foi para esse evento, assim o governo federal tem todo o interesse nessa pauta, então a gente obviamente sempre que tem um projeto, a gente tá atento aos editais para que a gente possa tá junto, não existe um caminho só na prefeitura né, mas caminhar observando tudo aquilo que a nível federal, estadual pode ser interessante para gente (entrevistada 2).

Em relação a articulações com a rede privada, ficou evidenciado as parcerias voltadas para o empoderamento feminino. Uma entrevistada citou as instituições do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), Associação Comercial e Empresarial de Caruaru (ACIC), Neoenergia e o Centro Universitário Tabosa de Almeida (ASCES-UNITA) como parceiros no fomento às políticas públicas para mulheres no município.

A gente tem um grande parceiro que eu acho que está semanalmente lá na casa é o SEBRAE, na questão de empreendedorismo das mulheres, nas formações pra mulheres, a gente pode falar do SENAC também, esse próprio projeto que eu te falei que é o Rainhas com bares e restaurantes ele é em parceria com a rede privada com a ACIC é uma grande parceira, quando a gente precisa pensar nessa questão de lojista, de trabalhos com lojistas, a gente tem por exemplo a Neoenergia, a gente vai ter uma ação ainda esse mês com os trabalhadores, colaboradores da própria Neoenergia, então a gente tem todo o interesse de estar alcançando o setor privado, tanto para a questão de orientação, sempre com os nossos parceiros e também muitas vezes para estar entregando essas formações (entrevistada 2)

Por exemplo, nós temos uma parceria com as duas faculdades de direito da cidade que a gente encaminha as mulheres que tem questões civis a resolver como divórcio, pensão ou divisão de guarda, então a gente encaminha para esses serviços porque a advogada do centro de referência ela não pode atuar prontamente, porém ela pode encaminhar, essa é uma das parcerias que eu posso pontuar. Além do atendimento psicológico em parcerias com as faculdades de psicologia que a gente tem na cidade, então a gente tá sempre encaminhando fruto dessa parceria. (Entrevistada 5)

5.3.1 Mulheres como sujeito político

Quando questionadas sobre como está a demanda por políticas que fortalecem a figura feminina como um sujeito político as entrevistadas abordaram que é uma

demanda construída ao longo dos anos, através de formações, políticas voltadas para o empoderamento feminino e ações que visa o protagonismo das mulheres, como as formações de mulheres que já apresentam um perfil de liderança em suas comunidades acerca do que é política, de como funciona e demais questões relacionadas, conforme apresentam as entrevistadas:

Então quando a gente fala da mulher nas suas diversidades né, nós somos múltiplas, nós somos diversas, a partir da política pública a gente consegue fazer mais projetos, mais ações que contabilizem e que chegue a mais mulheres. Acaba que o retorno é maior e a gente começa a visualizar as mulheres a partir disso, de serem enxergadas enquanto sujeito político de diretos, esse processo do empoderamento feminino também ele contribui (Entrevistada 1)

É o protagonismo das mulheres, então essas formações que a gente tá fazendo é justamente no sentido de empoderar, essas mulheres que já apresentam perfil de liderança, que já estão de fato inseridas e desejam se inserir, pra elas terem essa autonomia, esse conhecimento, o que é ser líder, o que é a política e elas muitas vezes tem o interesse, mas não tem o conhecimento, então a gente tá fazendo essas capacitações continuadas e encontros com essas mulheres, pra que a gente possa justamente trabalhar isso, porque elas são protagonistas né e aí o objetivo é fazer essa formação pra que elas tenham essa consciência e apurar essa consciência desse seu lugar, desse seu espaço de protagonismo. (Entrevistada 2).

Então está se escrevendo um projeto acho que vai sair logo mais de fortalecimento pra mulheres na política, ano que vem você sabe é ano eleitoral, muitas mulheres tem a pretensão, mas a mulher também na situação de candidatura pra cargo político, ela passa por machismo, por sexismo, passa por diversos enfrentamentos e aí a secretaria tá justamente escrevendo esse projeto pra começar atuar, convocar essas mulheres, elas vão ter formações, vão se empoderar pra se perceberem também capazes de ocupar aquele espaço de poder e não desistir por meio das cantadas, por meio das sugestas, por meio do não suporte que o partido dá para a mulher por ser mulher (Entrevistada 3).

Todas as entrevistadas abordaram que todas as ações realizadas são voltadas para o empoderamento feminino, somente a entrevistada 4 atrelou isso a nomenclatura de formação sociopolítica especificando que em todas as ações são destinados pelo menos dois dias para a formação sociopolítica. Nessa formação as mulheres irão ter acesso as questões atreladas a gênero e ao posicionamento da mulher na sociedade.

Todas, todas as nossas ações elas são atreladas a essa diretriz do empoderamento, então tudo que a gente vai fazer, por exemplo, vai ter um curso de esmaltação, o curso de manicure, então quando a gente pensa na carga horária desse curso a gente sempre destina uma parte dessa carga horária que a gente chama da formação sociopolítica, então essas mulheres tem informação sobre o enfrentamento a violência, o empoderamento, o lugar dela na sociedade, as questões de gênero, então lógico a gente tenta adaptar para esse conteúdo a linguagem de cada público, mas tudo que a gente faz

a gente leva essa formação que a gente chama de formação sociopolítica. Na verdade, a gente entende que os ciclos de violência e empoderamento dessa mulher só vai acontecer se a gente conseguir fazer com que ela a entenda como um sujeito e entenda as questões de gênero na sociedade (Entrevistada 4).

4 das 5 entrevistadas em alguns momentos da entrevista abordavam o quanto a secretaria de políticas para mulheres em Caruaru trabalhava o ano todo, como apresenta a entrevistada 1: “Caruaru ela não é uma secretaria que espera o mês de março chegar para ela atuar ela é o ano todo, de primeiro de janeiro a 31 de dezembro” e que apesar ter meses e períodos emblemáticos, as ações são contínuas ao longo do ano.

As nossas ações a gente fala o seguinte o mês de março o mês da mulher, o mês de agosto que é o aniversário da lei maria da penha, junho com as festas de São João, são os meses mais cheios que bobam, mas a grande realidade é que estamos diariamente, você pode ter essa prova de como tentou falar comigo né e a gente demorou um pouquinho para ter esse momento porque na realidade apesar de ter meses que são emblemáticos, ao longo do ano assim semanalmente, a gente vai tá em ação, a gente vai estar em contato com outros organismos (Entrevistada 2).

Tal incentivo da promoção dessas ações ao longo ano, pode ser configurado como uma dissociação da ideia de que algumas políticas e ações públicas podem acabar reforçando a desigualdade social entre homens e mulheres ao agir com contrariedade dependendo da demanda social na ideia de que existe um lugar para mulheres e um lugar para homens (DANUSA; JANINE, 2019).

5.3.2 Homens em políticas para mulheres

Como inserido inicialmente no ponto 4.1 deste estudo acerca do processo educacional masculino sobre sua dita posição na sociedade, como também a posição feminina, existiu no desenvolvimento da sociedade a supervalorização da figura e ideias masculinas em detrimento das femininas, ocasionando em uma estrutura desigual para a mulher no âmbito social.

Com isso, as entrevistadas abordaram em relação as ações que se utilizam dos homens para promover o fortalecimento da imagem da mulher. Foi possível identificar em seus comentários o entendimento que a secretaria tem acerca do processo educacional masculino na sociedade e partir disso instituir em suas ações que

abarcam a figura masculina a formação sociopolítica também, conforme apresentam as entrevistadas 4 e 3:

A gente entende que não são só as mulheres que têm de ser educadas, o público masculino sim, então, não adianta a gente educar uma mulher e não educar um homem [...] porque muitos homens eles são machistas ou eles promovem violência contra mulher não necessariamente de forma intencional, mas porque eles aprenderam assim, então foi um ciclo educativo, afinal o patriarcado ele é uma estrutura né?! Então, a gente chama esse homem também, a gente tem a formação sociopolítica, a gente as mesmas ações voltadas para esse público porque eles também são agentes que conseguem quebrar esse ciclo (Entrevistada 4).

A gente chama os homens para participar conosco dessa construção, o próprio prefeito está ao nosso lado e no final do ano existe uma campanha chamada Laço Branco, onde a gente convoca os homens ter esse dia junto com as mulheres onde eles vão entender o que é a secretaria da mulher, os serviços, é uma campanha de enfrentamento a violência contra a mulher no sentido de que os homens se juntam com as mulheres para essa atuação. (Entrevistada 3).

Os homens são nossos parceiros, eles são nossos apoiadores, a gente quer os homens na secretaria, a gente quer que eles incentivem, que participem dos nossos projetos, porém as nossas ações estão direcionadas a esse público no sentido mais preventivo, nessa prevenção a violência. (Entrevistada 2).

As entrevistadas trazem a ideia da inclusão masculina com o objetivo de instruir para desconstruir o pensamento da sociedade patriarcal acerca da posição que a mulher ocupa em sociedade e realizar um trabalho preventivo que também é demandado pelas mulheres.

5.3.3 Receptividade das políticas

Sobre a receptividade das políticas 4 das 5 entrevistadas citaram as políticas do eixo de enfrentamento a violência como as mais demandadas e as mais bem recebidas pela população, mesmo que a pauta principal das solicitações não seja violência. Essa última deve-se ao entendimento de que, no ciclo de violência, a mulher por possuir algum tipo de dependência com o parceiro e/ou familiares vive na repetição constante do ciclo (BRASIL, 2005). Fica evidenciado na visão das entrevistadas que as outras pautas e políticas da secretaria elas de alguma forma estão ligadas com os aspectos relacionados a violência, conforme demonstra as falas abaixo:

Políticas de economia financeira, os projetos da saúde, elas são complementares, elas muitas vezes determinam que as mulheres saiam de um círculo de violência pela própria condição de dependência, é uma situação de grana, de uma situação econômica que não tem, porque aí tem a questão da centralidade ainda de ser o provedor a figura masculina, então muitas vezes quando ela tem a oportunidade de estar em outro projeto, outro programa ela vai naturalmente caminhar para o assunto violência, mas as demandas maiores elas estão muito mais concentradas nas ações de prevenção e enfrentamento a violência contra mulher (Entrevistada 2).

Veja a violência é um lugar que todo canto que a gente via a agente fala. Então se eu for falar de saúde, sempre vai entrar a pauta de violência, se eu for falar de autonomia econômica vai entrar a pauta de violência, porque tá o dia todo presente na vida da gente, se a gente ligar o noticiário agora, se a gente abrir o instagram, um noticiário sempre vai ter, então a gente caminha para algo positivo porque quanto mais a gente fala né sobre aquilo sobre aquele assunto então tende a conscientizar mais, então eu percebo que as outras pautas elas de certa forma ficam ligadas com esses aspectos relacionados a violência (Entrevistada 1).

A questão da violência tem sido receptiva pelos parceiros que tem lidado ou vivenciado com uma situação e não sabem como fazer, nos chamam para junto para formar e pode se capacitar e lidar com situações diversas e encaminhar para os outros serviços, então temos tido essa receptividade muito positiva inclusive (Entrevistada 5).

Uma das entrevistadas relatou quantitativamente sobre o aumento da procura sobre as ações de enfrentamento a violência principalmente após o período pandêmico da COVID-19, de acordo com a sua abordagem os atendimentos subiram de 20 por semana para 20 por dia, o interessante em sua resposta é a identificação de que algumas vezes as mulheres que procuram os serviços da secretaria não estão mais no ciclo da violência, porém é identificável que em algum momento aquela mulher já esteve dentro desse ciclo e que atualmente precisa, na sua solicitação, ser incluído algum atendimento relacionado ao enfrentamento da violência, como por exemplo, o acompanhamento psicológico:

A que possui a maior demanda é a violência, o eixo de enfrentamento a violência, contra mulher, geralmente se fazia 20 atendimentos por semana e está chegando a 20 atendimentos por dia, tá nessa média e depois da pandemia houve uma explosão, um boom muito maior, pandemia bagunçou vários setores da nossa vida e na parte da mulher ela teve uma ênfase muito maior. Toda a secretaria ela é altamente demandada, mas todas as mulheres que passam pela secretaria sejam no eixo de saúde, as vezes ela nem está mais no ciclo da violência, mas aí ela precisa de acolhimento psicológico, quando ela começa a falar a gente identifica que ela é ou foi vítima de violência (Entrevistada 3).

A entrevistada 4 considerou as políticas voltadas para a qualificação profissional como as mais solicitadas e com a melhor receptividade, em sua visão, as mulheres por serem chefes da família no sentido de cuidarem da casa e de seus residentes acabam procurando essas políticas no intuito de melhorar a condição econômica da família. Sendo assim, a divisão do trabalho doméstico não é modificada, permanecendo os cuidados da casa e família sob a responsabilidade de mulher e em contrapartida existe o genuíno aumento nas responsabilidades financeiras e profissionais da mulher para a manutenção da casa, o que a inseri em um contexto de divisão sexual do trabalho (HIRATA, 2001).

Eu acho que as políticas de qualificação, pelo menos na minha pasta, porque o que é que acontece a situação financeira econômica é algo latente por a gente viver num sistema capitalista e mais latente ainda quando a gente fala do público das mulheres porque quando a gente vai pegar a caracterização do Brasil são as mulheres que são chefes de família, então a família brasileira ela é composta por uma mulher, seus filhos e ainda mais outra pessoa que essa mulher cuida, porque cabe a mulher cuidar da casa e dos enfermos, então quando a gente políticas de qualificação, políticas que promovem o acesso a renda, porque a qualificação por si só ela não insere essa mulher no mercado de trabalho, mas ela aumenta essas chances (Entrevistada 4).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho procurou-se examinar as políticas públicas para mulheres em Caruaru e averiguar o desenvolvimento dessas políticas na visão de um gestor público. Ao decorrer do trabalho foram apresentados os contextos históricos das lutas femininas por melhores atendimentos e condições sociais de vida, as configurações para formações e implementações de uma política pública e o contexto regional do município de Caruaru na atuação de políticas públicas para mulheres, considerando principalmente a atuação da secretaria de políticas para mulheres de Caruaru e seus eixos atuantes, enfrentamento a violência, saúde e qualidade de vida, cidadania e autonomia econômica.

Atentando para os objetivos da pesquisa, identificou-se que as entrevistadas possuem um bom nível de escolaridade e experiências em gestões públicas anteriores a secretaria de políticas para mulheres, o que permite que a compreensão acerca da construção de uma política pública seja notória. Com relação ao funcionamento da secretaria, percebe-se que hoje ela possui um organograma funcional capaz de atender as necessidades identificadas do público, com seus departamentos e segmentos específicos para cada caracterização dos demandantes das políticas.

Os eixos da secretaria possuem seus objetivos e atividades bem institucionalizados e é através, principalmente, do processo de escuta realizados através de encontros municipais e dos atendimentos diários que a secretária começa o desenvolvimento de uma política pública. As articulações entre os eixos para o atendimento das demandas são constantes, não só as articulações entre os eixos, como também as articulações com outras secretarias, instituições privadas e parlamentares ocorrem com frequência como foi abordado pelas entrevistadas. Essas articulações frequentes contribuem positivamente para a formulação das políticas, pois as demandas são sofisticadas no sentido de que não são com uma única direção de solicitação, as demandas acabam possuindo uma necessidade macro e facilmente evidente e outras micros menos visíveis com características distintas, mas que precisam ser igualmente atendidas.

Essas articulações frequentes contribuem não só para o desenvolvimento das políticas, mas também acabam evidenciando que a secretaria não possui um orçamento próprio e os recursos financeiros acabam não sendo suficientes para elaboração das políticas públicas conforme a demanda, o que os resultados da

pesquisa identificam como uma das principais dificuldades para formular políticas públicas para mulheres em Caruaru juntamente com complexidade do serviço público, as demandas específicas de cada segmento de mulher solicitado e a dependência da conjuntura política do país, pois com isso a política para mulher pode ou não vir a ser pauta importante de um governo.

Mesmo que as políticas para mulheres implementadas no município abracem os propósitos de atendimento dos três eixos e suas respectivas demandas, é possível perceber que as políticas voltadas para o enfrentamento da violência acabam sendo as mais elaboradas e inseridas no contexto regional, reconhecendo o aumento das demandas de mulheres que se encontram no ciclo da violência sejam elas físicas ou psicológicas.

A secretaria ainda não faz uso de nenhuma ferramenta estatística ou um canal direto para o acompanhamento dos resultados das políticas implementadas, o que se realiza são relatórios manuais de categoria qualitativa, com descrições e fotografias por exemplo. Além disso, as notas técnicas são bastante utilizadas para a comprovação e justificação acerca dos resultados das políticas aplicadas e os feedbacks recebidos são através do contato direto das próprias usuárias das políticas.

Apesar de não possuírem esse sistema estatístico, foi comentado nas entrevistas que ele está em elaboração e que não pode ser muito discutido por estar nessa fase. Com o advento desse sistema pode ser feita a inferência de que haja uma otimização dos processos de feedbacks e acompanhamento dos resultados, os quais também podem ser mais bem utilizados nas vezes que há a necessidade de reformular uma política quando o resultado não é positivo ou quando se exige uma adaptação de uma política nacional para um contexto particular regional.

A pesquisa também aponta que o fortalecimento da figura feminina como um sujeito político é uma demanda que está sendo construída através da intitulada formação sociopolítica, onde as mulheres têm acesso aos contextos que posicionam a mulher na sociedade e as questões de gênero. Essas formações também são direcionadas ao público masculino com o objetivo de desconstruir o pensamento patriarcal acerca da mulher na sociedade, realizando com isso um trabalho preventivo.

Percebe-se pela abordagem das entrevistadas que as políticas do eixo de enfrentamento a violência como as mais demandadas e bem recebidas pela população, mesmo que a necessidade principal não seja violência, ficando

evidenciado que pautas e políticas da secretaria elas de alguma forma estão ligadas aos aspectos relacionados a violência, porque aquela mulher ainda se encontra no ciclo da violência.

Os aspectos que norteiam as implementações de políticas públicas para mulheres em Caruaru, podem ser percebidos pela visão das gestoras entrevistadas e a secretaria com sua gestão tem absorvido as demandas alinhadas com perspectivas nacionais sobre o tema. Apesar de que o processo de análise dos resultados das políticas e dos feedbacks recebidos podem ser melhorados com o advento de um sistema que integralize esses dois campos, o que proporcionaria a otimização do repasse das políticas públicas e uma maior aproximação das necessidades das mulheres.

Uma sugestão de pesquisas futuras, é a ampliação deste estudo para trazer à tona a visão das demandantes das políticas públicas para mulheres de Caruaru e como apresentado no trabalho as evidentes demandas por políticas de enfrentamento a violência, também seria interessante avaliar os desafios das mulheres que se encontram dentro de um ciclo de violência no âmbito profissional.

O contato com as gestoras públicas que são representantes responsáveis por absolver as necessidades e implementar as políticas proporciona o entendimento ao leitor de como são estruturadas e pensadas uma política pública e que a sua implementação pode ser mais difícil do que se imagina. Além disso, a inserção de uma perspectiva regional traz a reflexão de como está o município de Caruaru no contexto nacional e global da temática.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 2000.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. 7 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BRASIL – Enfrentando a Violência contra a Mulher. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília: 2005. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/enfrentando_violencia.pdf> Acesso em: 05 set. 2023.

BRASIL, Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. (2006). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm> Acesso em 10 dez. 2022.

BRASIL, Lei n. 5.951, de 02 de outubro de 2017. (2017). EMENTA: Dispõe sobre a humanização da assistência à mulher e ao neonato durante o ciclo gravídico-puerperal na rede de saúde do município de Caruaru e dá outras providências – LEI 5.951 – 02/10/2017. Disponível em:< <https://caruaru.pe.gov.br/lei-no-5-951-de-02-de-outubro-de-2017/>> Acesso em 08 mai. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. 2004. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher Princípios e Diretrizes**, [S. l.], 2004. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2007/politica_mulher.pdf. Acesso em: 9 jan. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. 2007. **Painel Temático Saúde da Mulher**, [S. l.], 2007. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/painel_indicadores_sus_saude_mulher_a1n1.pdf. Acesso em: 9 jan. 2023.

CARUARU, Câmara Municipal de. Caruaru ocupa segunda posição no ranking de violência contra a Mulher. 12 de set de 2018. Disponível em: <<https://www.caruaru.pe.leg.br/institucional/noticias/caruaru-ocupa-segunda-posicao-no-ranking-de-violencia-contra-a-mulher>> Acesso em: 05 dez. 2022.

CARUARU, Prefeitura Municipal de. “Saúde da Mulher Jovem” realizará roda de diálogo na Vila Canaã. 19 de set de 2022. Disponível em: <<https://caruaru.pe.gov.br/saude-da-mulher-jovem-realizara-roda-de-dialogo-na-vila-canaa/>> Acesso: 01 dez. 2022.

CARUARU, Prefeitura Municipal de. Centro de Referência da Mulher atua em Caruaru com plantão. 30 de dez de 2022. Disponível em:< <https://caruaru.pe.gov.br/centro-de-referencia-da-mulher-atua-em-caruaru-com-plantao/>> Acesso em: 06 ma. 2023.

CARUARU, Prefeitura Municipal de. Conselho Municipal da Mulher – CMM. 26 de jan de 2021. Disponível em:< <https://caruaru.pe.gov.br/conselho-municipal-da-mulher-cmm/>> Acesso em: 05 dez. 2022.

CARUARU, Prefeitura Municipal de. Direito da mulher negra e igualdade racial serão temas de palestra na Secretaria de Políticas para Mulheres de Caruaru. 21 de nov de 2022. Disponível em: < <https://caruaru.pe.gov.br/direito-da-mulher-negra-e-igualdade-racial-serao-temas-de-palestra-na-secretaria-de-politicas-para-mulheres-de-caruaru/>> Acesso em: 08 mai. 2023.

CARUARU, Prefeitura Municipal de. História. 01 de fev de 2023. Disponível em:< <https://caruaru.pe.gov.br/historia/>> Acesso em: 01 fev. 2023.

CARUARU, Prefeitura Municipal de. Prefeitura de Caruaru realiza mais uma ação do Programa ‘Lei Maria da Penha vai à Escola’. 22 de mai de 2018. Disponível em:< <https://caruaru.pe.gov.br/prefeitura-de-caruaru-realiza-mais-uma-acao-do-programa-lei-maria-da-penha-vai-a-escola/>> Acesso em: 08 mai. 2023.

CARUARU, Prefeitura Municipal de. Prefeitura de Caruaru realiza pré-conferências de Políticas para Mulheres. 14 de ago de 2019. Disponível em:< <https://caruaru.pe.gov.br/prefeitura-de-caruaru-realiza-pre-conferencias-de-politicas-para-mulheres/>> Acesso em: 23 abr. 2023.

CARUARU, Prefeitura Municipal de. Secretaria da Mulher de Caruaru realizará palestra gratuita para discutir sobre ‘Saúde Mental’. 27 de jan de 2021. Disponível em:<<https://caruaru.pe.gov.br/secretaria-da-mulher-de-caruaru-realizara-palestra-gratuita-para-discutir-sobre-saude-mental/>>Acesso em: 08 dez. 2022.

CARUARU, Prefeitura Municipal de. Secretaria de Políticas para Mulheres de Caruaru promoveu cidadania e contabilizou resultados positivos em 2020. 01 de dez de 2020. Disponível em:< <https://caruaru.pe.gov.br/secretaria-de-politicas-para-mulheres-de-caruaru-promoveu-cidadania-e-contabilizou-resultados-positivos-em-2020/>> Acesso em: 08 dez. 2022.

CHIZZOTTI, Antônio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, Portugal, v. 16, ed. 002, p. 221-236, [2003]. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbnx1ZmFiY21vcnV0dGI8Z3g6NjNINTVIYmU5MDIyZDFkYg>. Acesso em: 17 set. 2022.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, [s. l.], v. 5, ed. 2, 19 fev. 2013. DOI <https://doi.org/10.22409/rg.v5i2.380>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31137>. Acesso em: 9 set. 2022.

COSTA, Ana Maria. Planejamento familiar no Brasil. Brasília, 1995. Disponível em: https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/416/379. Acesso em: 28 jun. 2022.

COSTA, Luciana de Oliveira. **Violência obstétrica e serviço social: uma análise das produções do congresso brasileiro de assistentes sociais (cbas) de 2016 e 2019**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em serviço social) – Universidade Federal Fural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://cursos.ufrj.br/grad/servicosocial/files/2021/05/TCC-Luciana-de-Oliveira-Costa.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2022.

DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otavio Cruz; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, [2002]. ISBN 85.326.1453-1. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 17 set. 2022.

DRUMONT, Mary Pimentel. Elementos para uma análise do machismo. **Perspectivas**, São Paulo, 3: 81-85, 1980. Disponível em: < <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/108171/ISSN1984-0241-1980-3-81-85.pdf?sequence=1> > Acesso em: 01 mai. 2023.

FIGUEREDO, Lúcia Valle. **Curso de direito administrativo**. 6. Ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

GARCIA, Leila Posenato. A magnitude invisível da violência contra a mulher. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, p. 451 – 454, 1 jul. 2016. DOI <https://doi.org/10.5123/S1679-49742016000300001>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/D8tmPMdg5WbBm6g7qRMcB3k/>. Acesso em: 8 dez. 2022.

GENERO. In: Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. 2022. Disponível em: < <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/> Acesso em: 28 jun. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HELENA, HIRATA. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, [s. l.], p. 139-156, 2001. DOI <https://doi.org/10.1590/S0104-83332002000100006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/PcsfvS6CPpgQRZLRmdTzgxL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 8 dez. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf> Acesso em: 28 jun. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf> Acesso em: 30 ago. 2022.

LIMA, Aline Soares. DA CULTURA DA MÍDIA AO ANDROCENTRISMO CULTURAL. **Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, Bahia, 30 de maio de 2008. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14494.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2022.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p. 149-157, 1990/1991. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/235295045/A-Entrevista-Na-Pesquisa-Social-Manzini#>. Acesso em: 18 fev. 2023.

MEDEIROS, Patrícia Flores de; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. **Políticas públicas de saúde da mulher: a integralidade em questão**. [S. l.], p. 31-48, 1 set. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mPftn3WYBFk6jyNs5tBYXqv/?lang=pt>. Acesso em: 9 jul. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**, Rio de Janeiro, p. 621-626, 1 set. 2011. DOI <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMFf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 jul. 2022.

NASCIMENTO, Sueli do. Reflexões sobre a intersectorialidade entre as políticas públicas. **Serviço Social & Sociedade** [online]. 2010, n. 101, pp. 95-120. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282010000100006>. Epub 20 Jan 2011. ISSN 2317-6318. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282010000100006>. Acesso em: 22 ago. 2023.

OSTOS, Natascha Stefania Carvalho De. A questão feminina: importância estratégica das mulheres para a regulação da população brasileira (1930-1945). **Cadernos Pagu**, [s. l.], 2012. DOI <https://doi.org/10.1590/S0104-83332012000200011>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/TDrLgsgZ78XxyrcLm5yCxVv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 5 dez. 2022.

PUBLICO. In: **Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. 2022. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/> Acesso em: 6 jul. 2022.

RAEDER, S. T. O. CICLO DE POLÍTICAS: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas. **Perspectivas em Políticas Públicas**, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 121-146, 2015. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/view/856>. Acesso em: 10 out. 2023

REZENDE, Daniela Leandro. Mulher no Poder e nas Tomadas de Decisões. In: FONTOURA, Natalia; REZENDE, Marcela; QUERINO, Ana Carolina. **Avanços e Desafio no Brasil Contemporâneo**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020. ISBN 9786556350103. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10319/1/MulhernoPodernaTomadadeDecisoes_Cap_7.pdf. Acesso em: 28 jun. 2022.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 20, n. 2, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 10 dez. 2022.

SERVICO. In: Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. 2022. Disponível em: < <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/> Acesso em: 6 jul. 2022.

SOUTO, Kátia; MOREIRA, Marcelo Rasga. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: protagonismo do movimento de mulheres. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 45, ed. 130, p. 832-846, 2021. DOI <https://doi.org/10.1590/0103-1104202113020>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/4JncpcMDZ7TQ9Hd7dkMPMpt/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 9 jan. 2023.

TIMOTEO, Carolina Quieroti. As transformações do movimento feminista no Brasil e sua relação com a América Latina. In: **V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina, 2013**.83 Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v7_carolina_GVII.pdf. Acesso em 8 jul. 2022.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Editora Atlas, [1987]. ISBN 85.224.0273-6. Disponível em: https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Trivinos-Introducao-Pesquisa-em_Ciencias-Sociais.pdf. Acesso em: 24 set. 2022.

TUMELERO, Naína. **Pesquisa descritiva: conceito, características e aplicação**. [S. l.], 19 jan. 2018. Disponível em: <<https://blog.metzger.com/pesquisa-descritiva/>>. Acesso em: 17 fev. 2023.

WEYL, Luana M. **Combater a feminização da pobreza com empoderamento feminino – a experiência do projeto de extensão universitária: “Promotoras Legais Populares”** da Universidade de Brasília. Disponível em: <<http://www.unl.edu.ar/iberoextension/dvd/archivos/ponencias/mesa4/combater-a-feminizacao-da-po.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2023.

ANEXO A- ROTEIRO DA ENTREVISTA

Perfil do(a) entrevistado(a)

- A. Há quanto tempo você está na prefeitura? Fala um pouco sobre sua trajetória na prefeitura. (cargos anteriores e atual, atividades desempenhadas etc.)
- B. Qual sua formação acadêmica?

Perguntas políticas públicas para mulher

1. Como funciona a Secretaria de Política para Mulheres? (setores, processos, quantidade de pessoas etc.)
2. Quais as políticas públicas para mulheres foram implementadas em Caruaru desde a gestão de Raquel até agora? Fale todas que você lembrar. Como elas funcionam? (Vocês têm alguma lista dessas políticas que podem me enviar?)
3. Como funciona a formulação de uma política pública para mulher em Caruaru? Vocês realizam planejamento? Como é este processo?
4. Vocês acompanham e medem o impacto das políticas públicas implementadas pela prefeitura? Fala um pouco sobre como é este acompanhamento. Como o impacto na sociedade é medido? Quais as estratégias e ferramentas usadas?
5. Durante o processo de implementação das políticas vocês já sentiram necessidade de modificá-las ou reformulá-las? Fale como foi esse processo de reformulação.
6. Quais as principais dificuldades enfrentadas pela prefeitura para formular e implementar as políticas para mulheres?
7. Como é a articulação da Secretaria de Política para Mulheres com as outras secretarias? Trabalham em colaboração? Como acontece?
8. Existem parcerias ou articulações com governo estadual e federal para implementação de políticas públicas para mulheres em Caruaru? Como acontecem? Qual o grau de importância dessas parcerias e articulações?
9. Existem parcerias com outras organizações privadas ou da sociedade civil? Quais ações foram realizadas com estas parcerias?
10. Como está a demanda por políticas que fortalecem a figura feminina como sujeito político? Elas são incentivadas pela prefeitura?

11. Existe alguma política pública para mulher da prefeitura que englobe também os homens? Quais? Como acontece?
12. Você percebe que existe alguma política que tem uma maior demanda ou receptividade? Quais? (violência, saúde, cidadania etc.)
13. Tem mais algum aspecto que você deseja complementar sobre o tema que conversamos?